

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAEL SCHENKEL PEREIRA

**A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
GOVERNO BOLSONARO: UM ESTUDO DE CASO DA SOCIALIZAÇÃO
POLÍTICA DOS JOVENS NO SUL DO BRASIL**

PORTO ALEGRE

2023

RAFAEL SCHENKEL PEREIRA

**A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
GOVERNO BOLSONARO: UM ESTUDO DE CASO DA SOCIALIZAÇÃO
POLÍTICA DOS JOVENS NO SUL DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para a obtenção do grau de
Licenciado em Ciências Sociais pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jennifer Azambuja de
Morais.

PORTO ALEGRE
2023

RAFAEL SCHENKEL PEREIRA

**A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
GOVERNO BOLSONARO: UM ESTUDO DE CASO DA SOCIALIZAÇÃO
POLÍTICA DOS JOVENS NO SUL DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como parte das exigências para a obtenção do
título de Licenciado em Ciências Sociais.

Data da aprovação: 04 / 09 / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jennifer Azambuja de Moraes (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Enio Cardoso
Pesquisador do Nupesal

Prof. Me. Felipe Milanezi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pela vida e pela oportunidade de escrever este trabalho.

Gostaria de agradecer, também, à minha família, em especial à minha esposa, Ana Paula Peres Schenkel Pereira, pela compreensão e carinho dispensado a mim durante a realização desse TCL, e às minhas filhas Ana Luíza, Emellyn e Rafaelly, pelo amor demonstrado durante a vida e, especialmente, no momento em que precisei me ausentar um pouco do convívio familiar para realizar esse estudo. Vocês são a base de tudo. Amo vocês!

Agradeço também à minha orientadora, a professora Jennifer Azambuja de Moraes, pelo apoio e pela dedicação com que me auxiliou nesse trabalho. O mesmo não teria sido possível sem a sua contribuição. Muito obrigado!

Por fim, gostaria de agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse estudo. Fica aqui meu muito obrigado a todos!

RESUMO

O presente estudo busca analisar a relação entre o bolsonarismo e as políticas educacionais, além de verificar os impactos da ascensão desse movimento na socialização política dos jovens no sul do Brasil. A metodologia utilizada foi a pesquisa quantitativa com métodos qualitativos e quantitativos. Para a elaboração do presente estudo foi analisado um vasto material bibliográfico e jornalístico, bem como dados coletados em um *survey*, aplicado pela pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPESAL - UFRGS). Os resultados das análises do presente trabalho apontam que o bolsonarismo contribuiu para a precarização da educação nacional e influenciou negativamente o processo de socialização política dos jovens no sul do Brasil, corroborando com a internalização de valores autoritários e antidemocráticos.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Educação; Socialização Política; Jovens; Brasil.

RESUMEN

El presente estudio busca analizar la relación entre el bolsonarismo y las políticas educativas, además de verificar los impactos del ascenso de este movimiento en la socialización política de los jóvenes en el sur de Brasil. La metodología utilizada fue la investigación cuantitativa con métodos cualitativos y cuantitativos. Para la elaboración del presente estudio, se analizó un vasto material bibliográfico y periodístico, así como datos recogidos en una encuesta, aplicada por la investigación “Democracia, valores políticos y capital social: un estudio comparado de la socialización política de los jóvenes en el sur de Brasil”, realizado por el Núcleo de Investigaciones sobre América Latina de La Universidad Federal de Rio Grande del sur (NUPESAL – UFRGS). El resultado del análisis del presente trabajo indican que el bolsonarismo contribuyó a la precariedad de la educación nacional y influyó negativamente en el proceso de socialización política de los jóvenes en el sur de Brasil, corroborando con la interiorización de valores autoritarios y antidemocráticos.

Palabras clave: Bolsonarismo; Educación; Socialización Política; Jóvenes; Brasil.

LISTA DE GRÁFICOS

1 Gráfico 1. (In)tolerância política atitudinal (%).....	66
2 Gráfico 2. (In)tolerância política comportamental (%).....	67
3 Gráfico 3. Índice de intolerância x solução para resolver os problemas do país (%).....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escala ideológica.....	60
Tabela 2 - Em relação às pessoas e instituições listadas, você confia nelas?.....	61
Tabela 3 - Tabela 3. Em sua opinião, qual é o principal problema do país?.....	62
Tabela 4 - Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?.....	63
Tabela 5 - Não gosto de discussões ou assuntos políticos porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.....	63
Tabela 6 – Concordância com afirmações sobre se é melhor a democracia ou um governo autoritário - 2019.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A NOVA DIREITA BRASILEIRA, O BOLSONARISMO E ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL.....	14
2.1 A NOVA DIREITA BRASILEIRA, BOLSONARISMO E EXTREMA DIREITA: ALGUNS CONCEITOS NECESSÁRIOS.....	14
2.2 A NOVA DIREITA BRASILEIRA E A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO NO BRASIL.....	18
2.3 DISCURSOS E PRÁTICAS DE JAIR BOLSONARO.....	23
3. A EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO.....	34
4. AS INFLUÊNCIAS DO BOLSONARISMO NA SOCIALIZAÇÃO DA JUVENTUDE.....	52
4.1 OS CONCEITOS DE SOCIALIZAÇÃO, DE JOVEM E DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA.....	52
4.2 A IMPORTÂNCIA DA TOLERÂNCIA E DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA PARA A MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA.....	55
4.3 OS IMPACTOS DO BOLSONARISMO NA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NO SUL DO BRASIL: ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DO BOLSONARISMO NA JUVENTUDE A PARTIR DOS DADOS DO <i>SURVEY</i> APLICADO PELA PESQUISA DEMOCRACIA, VALORES POLÍTICOS E CAPITAL SOCIAL: UM ESTUDO DE COMPARATIVO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NO SUL DO BRASIL.....	58
5 CONCLUSÃO.....	71
6 REFERÊNCIAS.....	75

1. INTRODUÇÃO

Em 2023, completam-se dez anos das jornadas de junho, evento que marcou o início da ascensão da extrema direita no Brasil, que culminou no bolsonarismo e na eleição de Jair Bolsonaro para presidente do país. O movimento popular que iniciou com manifestações contra o aumento das passagens de ônibus em várias capitais do Brasil logo foi capturado por movimentos de direita, como o movimento Brasil Livre (MBL), dentre outros. Junho de 2013 pode ser considerado o marco inicial para a ascensão da Nova Direita Brasileira. Não por acaso, Dieguez (2021), ao escrever sua obra sobre a ascensão do Bolsonarismo, a nomeou de “O Ovo da serpente: Nova Direita e Bolsonarismo: Seus bastidores, personagens e a chegada ao poder”. Para Dieguez (2021, p. 29-30), 2013 foi um ano decisivo para a história do Brasil, além de ser o ano da serpente no horóscopo chinês. Nesse sentido, a autora faz uma analogia como esse elemento da milenar cultura chinesa e coloca como marco inicial da ascensão da nova direita brasileira justamente esse ano de 2013, a partir das jornadas de junho.

Nessas manifestações, a partir de junho de 2013, a classe média e as elites econômicas do Brasil começaram a se manifestar contra aquilo que consideravam as maiores mazelas do país: a corrupção e o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O país mergulhava em uma instabilidade política e econômica, que culminaria anos mais tarde, em 2016, no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Segundo muitos cientistas políticos consultados à época do processo de *impeachment*, como o professor da Fundação Getúlio Vargas, Cláudio Couto, e a professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Flávia Biroli, os motivos que levaram ao *impeachment* da presidenta apresentaram uma base jurídica frágil (VERDÉLIO, 2016). Deste modo, o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff poderia ser caracterizado como um golpe político-institucional. Golpe, este, que abriria caminho para a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

Nos últimos anos, tem-se percebido o crescimento dos discursos de ódio e a intolerância no Brasil. Segundo o site G1 (2023), por exemplo, levantamento aponta que nos últimos seis anos, as denúncias de crimes envolvendo discursos de ódio triplicaram. Segundo o site, “o maior aumento foi nos crimes de ódio contra as mulheres. As agressões envolvendo intolerância religiosa, racismo e aversão a estrangeiros também dispararam, diz mapeamento feito pela *Safernet*” (G1, 2023).

Admirador da ditadura militar brasileira (1964-1985), o ex-presidente Bolsonaro, durante seus discursos e entrevistas enquanto candidato e depois presidente da república, verbalizou, por diversas vezes, ofensas a grupos sociais específicos. Os alvos preferidos eram

os “petralhas”, os homossexuais, os negros e os indígenas, considerados indesejáveis. Como exemplo, podemos citar uma fala do então candidato à Presidência da República, em 2018, quando em visita ao estado do Acre pegou o tripé de uma câmera de televisão para simular um fuzil e desferiu: “Vamos fuzilar a Petralhada do Acre”. Discursos com esse não foram exceções. Durante todo o seu governo, Bolsonaro distribuiu insultos aos grupos que odiava. Em outro discurso, ainda no ano de 2017, Bolsonaro já havia afirmado que “as minorias deveriam se curvar às majorias”. Bolsonaro parecia ignorar que a Constituição de 1988 determina que os direitos das minorias sejam respeitados. Em um Estado Democrático de Direito, a legislação e os representantes do Estado precisam dar exemplo, respeitando os direitos das minorias. A constituição proíbe qualquer tipo de discriminação. Discursos não ficam inerte, não ficam apenas nas palavras. Discursos violentos geram práticas violentas. Segundo o professor de Direitos Humanos e coordenador do Centro de Justiça e Sociedade (CJUS), Michael Mohallem, em reportagem do Jornal O Dia (2018), “o discurso presidencial legitima e incentiva certas posturas agressivas, o que explicaria em parte a onda de violência cometida por apoiadores do ex-capitão do exército”. Bolsonaro e membros de sua família já demonstraram diversas vezes que odeiam os professores, chamados por eles de “doutrinadores”. Um dos alvos principais do clã Bolsonaro é o professor Paulo Freire, patrono da educação brasileira. Em artigo intitulado “Por que Bolsonaro odeia os professores?”, publicado no site Brasil de Fato, Bemvindo (2018) responde, ele mesmo, à indagação do título de seu artigo: “Porque são uma ameaça real ao projeto bolsonarista; falam da história, cultura, e nos ajudam a questionar as injustiças”. Nesse sentido, a educação pode ser um poderoso antídoto contra os discursos de ódio, pois como diria Paulo Freire: “A educação é um ato de amor, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1967, p. 97). Nesse sentido, a educação libertadora/transformadora não serve à doutrinação, mas à conscientização. Daí o antagonismo entre os discursos bolsonaristas e a prática educacional democrática e conscientizadora, tão vilipendiada pelos seguidores de Bolsonaro.

Como problema de pesquisa tem-se a seguinte pergunta: Quais os efeitos do bolsonarismo nas políticas educacionais no Brasil e na socialização política dos jovens no sul do país?

No presente trabalho, tem-se por objetivo geral, analisar a relação entre o bolsonarismo e as políticas educacionais, além de verificar os impactos da ascensão desse movimento na socialização política dos jovens no sul do Brasil.

Como objetivos específicos do presente trabalho, tem-se: a) Compreender e caracterizar os conceitos de Nova Direita, Bolsonarismo e Extrema Direita, refletindo sobre as dinâmicas e relações entre esses movimentos; b) Identificar os fatores que levaram ao surgimento do movimento bolsonarista no Brasil e à eleição de Jair Bolsonaro para o cargo de Presidente da República do país, em 2018; c) Refletir sobre os discursos e práticas de Jair Bolsonaro antes e durante o seu governo; d) Examinar as práticas do governo Bolsonaro na área da educação; e, e) Analisar e refletir sobre as influências do bolsonarismo na socialização política dos jovens no sul do Brasil.

No presente trabalho, as hipóteses testadas são: a) O bolsonarismo contribuiu para a precarização da educação; b) O bolsonarismo influenciou negativamente o processo de socialização política dos jovens, corroborando com a internalização de valores autoritários e antidemocráticos.

Por precarização da educação entende-se o baixo investimento na área e o descaso por parte do governo em se estabelecer políticas públicas para reduzir as desigualdades educacionais e melhorar a qualidade educacional do país.

Como justificativa para o presente trabalho, temos a importância de se analisar o surgimento e a influência dos discursos e das práticas autoritárias no Brasil, em especial nos últimos anos. Através dessas análises, pode-se pensar em estratégias para se melhorar a socialização política dos jovens. Importante lembrar que a socialização política da sociedade está diretamente ligada à qualidade da educação oferecida aos cidadãos. Neste sentido, é sempre importante lembrar as palavras que sintetizam o pensamento de Freire (2022): Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor. Nessa perspectiva, Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, declara: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2022, p. 71).

Para além do exposto nesta justificativa, falarei agora em primeira pessoa para explicar outras motivações que me levaram a estudar o tema. Sou cristão protestante e desde minha adolescência frequentei ativamente os cultos evangélicos. Até o surgimento do bolsonarismo, as mensagens pregadas na maioria das igrejas pentecostais que eu conhecia estavam vinculadas ao pacifismo, à tolerância, ao arrependimento, ao novo nascimento, e etc. Com o surgimento do bolsonarismo e a adesão de grande parcela da população evangélica aos ideais bolsonaristas, percebi uma troca de posicionamento das igrejas em relação à política e, inclusive, em relação ao pacifismo, à defesa do porte de arma e etc. Mensagens que antes diziam para “dar a outra face”, ficaram cada vez mais raras. Agora o que se ouvia era “bandido bom, é bandido morto”, “os direitos humanos devem ser para humanos direitos”.

Pastores que antes postavam fotos com a Bíblia nas mãos, agora usavam as mesmas mãos para fazer sinais de “arminhas” nos altares das igrejas. Irmãos de fé agora excluíaam de seus círculos sociais quem não apoiasse Jair Bolsonaro. Bolsonaro (considerado por alguns como “Mito”) era visto por muitos como um enviado de Deus para salvar o Brasil da “Petralhada”, causadora de todas as mazelas e roubalheiras do país. Surgiu, inclusive, um grupo de evangélicos denominados “desigrejados”. Muitos cristãos protestantes que não cederam ao bolsonarismo abandonaram as igrejas ditas “denominacionais” e passaram a se reunir em casas com pessoas que possuíam convicções parecidas com as suas. A Violência passou, também, a ser “tolerada” por setores da comunidade evangélica brasileira. Isso gerou em mim tristeza, estranheza e uma necessidade de tentar descobrir o que estava causando tudo isso dentro das igrejas, todavia, não apenas dentro das igrejas, mas na sociedade de forma geral, e em especial na juventude, nascida em plena democracia. Além disso, leciono na Rede Estadual do Rio Grande do Sul desde o ano de 2012. Nos anos que se seguiram ao *impeachment* da presidenta Dilma e à ascensão da extrema direita, percebi uma mudança comportamental e ideológica por parte de alguns jovens. O que mais me chamava atenção era jovens da periferia defendendo abertamente ideias de que o pobre tem essa condição porque não se esforçou, que para ficar rico basta se dedicar, etc. Muitos defendiam o fim da “gratuidade” dos serviços públicos, como por exemplo, a extinção do Sistema Único de Saúde (SUS) ou a instituição de cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Ouvir argumentos desse tipo de indivíduos de classe média e classe média alta seria algo normal, mas ouvir isso de um jovem da periferia, que mal tinha condições mínimas de sobrevivência, não me parecia razoável. Além disso, vi aumentar os casos de violência e os mais diversos casos de preconceito. Tudo isso me impulsionou a realizar o presente trabalho e escrutinar a realidade sociológica que emergiu a partir do Bolsonarismo.

A educação é essencial para o desenvolvimento político, social e econômico de qualquer país que queira se tornar desenvolvido. Educação e socialização política são fenômenos inter-relacionados. Daí a justificativa para a análise desses fenômenos no presente trabalho. Podemos dizer que o Governo Bolsonaro atuou, defendendo a pauta conservadora nos costumes, ao mesmo tempo em que defendia a liberalização (entenda-se mercantilização) do ensino. As universidades públicas foram sucateadas e a educação básica tratada com descaso. A socialização política é um processo natural de transmissão de cultura de uma geração para outra, mas que foi fortemente impactada pelo bolsonarismo e pelo Governo Bolsonaro. Neste sentido, se faz necessária uma análise acurada dessas questões.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos propostos é quantitativa, com métodos qualitativos e quantitativos. Primeiro, será feito um levantamento bibliográfico sobre os conceitos nova direita, bolsonarismo e extrema direita. Em seguida, serão analisados os fatores que levaram à ascensão do bolsonarismo e à eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018. Depois será feito um levantamento dos discursos e práticas controversas do ex-presidente Bolsonaro antes e durante seu governo. A seguir, será examinada a política educacional do Governo Bolsonaro, com os discursos e as práticas de seu líder. Por fim, serão analisados dados quantitativos de um *survey* aplicado pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL-UFRGS), pela pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, onde serão feitas análises descritivas sobre o processo de socialização política dos jovens de ensino médio, de escolas públicas e privadas, das cidades de Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo serão analisados os conceitos de bolsonarismo, Nova Direita e Extrema Direita. A seguir, será analisado o surgimento e a ascensão do bolsonarismo no Brasil e os fatores que contribuíram para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Ainda no primeiro capítulo, serão abordados os discursos e as práticas que marcaram o movimento bolsonarista. Serão trazidos à baila, as falas de Jair Bolsonaro em relação aos grupos considerados seus desafetos. No segundo capítulo será analisada a gestão da educação brasileira durante o governo Bolsonaro. Procurar-se-á abordar a legislação educacional durante referido governo, bem como suas atitudes em relação à educação. No terceiro capítulo, procurar-se-á analisar as influências e/ou os impactos do bolsonarismo na socialização política dos jovens do sul do Brasil.

2. A NOVA DIREITA BRASILEIRA, O BOLSONARISMO E ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

Para destrinchar o assunto desenvolvido nesse capítulo, o mesmo foi subdividido em três subcapítulos. No primeiro, nos debruçamos em analisar os conceitos de Nova Direita, Bolsonarismo e Extrema Direita. No segundo subcapítulo, nos poremos a analisar a ascensão da Nova Direita e da Extrema Direita/Bolsonarismo no Brasil. Já no terceiro subcapítulo, serão analisadas algumas declarações e ações controversas de Jair Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018 e em seu governo (2019-2022).

2.1 A NOVA DIREITA BRASILEIRA, BOLSONARISMO E EXTREMA DIREITA: ALGUNS CONCEITOS NECESSÁRIOS

Para refletirmos satisfatoriamente sobre as influências do bolsonarismo sobre a sociedade brasileira, faz-se necessário primeiro que contextualizemos o que seriam o a nova direita brasileira, o bolsonarismo e a extrema direita. Na verdade, não existe uma única forma de se definir o que seja o movimento da nova direita ou das “novas direitas”, assim como não existe um único modelo conceitual para definir o que seja o bolsonarismo.

A nova direita brasileira pode ser considerada um conceito polissêmico, ou seja, que pode possuir múltiplos significados e interpretações (LEVANDOSKI, 2023).

Com mesmo entendimento, Pinelli (2021) argumenta que

A Nova Direita é um conceito polissêmico, sem consensos na literatura acadêmica e possui um vasto grupo de termos correlatos, entre eles neoconservadorismo, extrema direita e restauração conservadora. Tem sido tema discutido nos últimos anos em consequência da ascensão de movimentos da extrema direita no mundo e por ter alcançado governos na América Latina, América do Norte e Europa. Exemplo disso é a influência do partido Vox na Espanha, o Front National na França, além da chegada ao poder de Donald Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil. Esses são alguns exemplos que ilustram a concretização dessa ideologia no âmbito duro da política, mas há ainda uma série de movimentos neodireitista que tem influenciado diretamente nas políticas sociais e formação da opinião pública, seja nas mídias, nas escolas e nas famílias. No contexto brasileiro não é possível analisar esse fenômeno sem considerar as recentes transformações a partir do Golpe de 2016, quando a então presidente, Dilma Rousseff, foi impeachmada em consequência de um conjunto de fatores, entre eles, a perda da sua base eleitoral, a continuada crise econômica, o populismo judiciário e a ascensão de figuras carismáticas alinhadas com valores familiares, cristão e rejeição de pautas progressistas, conquistando assim grande parte da população sem pertencimento político (SOLANO, 2018). Após esse período, uma série de reformas aconteceram como a Lei de Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista e Previdenciária, e no campo educacional podemos citar a Reforma do Ensino Médio e a ascensão de projetos como o Ensino

Domiciliar, Movimento Escola Sem Partido, a Militarização das Escolas Pública e continuidade da Ideologia de Gênero.

Pode-se perceber que a nova direita brasileira não é um movimento homogêneo, mas que apresenta várias matizes ideológicas, que, todavia, convergem na defesa do Estado mínimo e na luta contra a esquerda política.

Nesse sentido, Rocha (2016) argumenta que o a direita política é formada por grupos heterogêneos que não querem ser identificados com a velha direita brasileira, que teve origem na ditadura militar, no PFL e no PP.

O grosso das pessoas que se identificam como nova direita, ou que pelo menos fariam parte dessa nova direita, tem como novidade negar esse aspecto; eles não querem se identificar, de jeito nenhum, com os governos militares e, mais do que isso, querem se diferenciar, também, alegando que esses governos, para eles, atuavam em moldes estatistas e desenvolvimentistas, o que eles negam em absoluto. Boa parte dos militantes da nova direita diriam que, na verdade, o que eles querem é um modelo de livre mercado e privatizações, que é o oposto do que existia na ditadura militar. Esse corte é importante (ROCHA, 2016).

Na área econômica, segue argumentando a cientista política Camila Rocha (2016), “todos eles, basicamente, se autointitulam liberais”. Apesar desse consenso nas questões econômicas, Rocha (2016) aponta que existem também divergências entre os grupos da Nova Direita Brasileira, como apontado na citação a seguir:

É possível dizer que existem desde grupos – geralmente menores – que chamamos de ultraliberais, que se autodenominam libertários ou libertarianos, até grupos que são bastante conservadores, mais na linha das pessoas que militam, por exemplo, no Partido Social Cristão – PSC, que é o partido do Jair Bolsonaro e do Pastor Everaldo. O mais interessante é que entre esses dois extremos – libertários e os militantes do PSC – todos obviamente são anti-PT e contra a esquerda de forma geral, mas também compartilham, em maior grau para os ultraliberais e libertários e em menor grau no partido do Bolsonaro, o mesmo “ar” no que diz respeito a posições sobre livre mercado e menos Estado. Ou seja, defendem privatizações de empresas públicas, privatização de serviços como educação e saúde e o pagamento de mensalidades em universidades públicas. Muitos desses militantes que se autodenominam libertários, como são partidários, geralmente se organizam em vários partidos, mas se concentram em um partido menor, que é o Partido Social Liberal – PSL, que agora tem uma tendência chamada Livres, e também no Partido Novo, que foi recém-criado por um executivo do Banco Itaú. Esses militantes, normalmente, são favoráveis à descriminalização do aborto, e vários deles foram à marcha da maconha, pois são a favor da liberação das drogas, logo, eles têm posições mais progressistas no que tange a costumes. (ROCHA, 2016).

Outro conceito que também pode ser considerado polissêmico é o bolsonarismo. Nesse sentido, Levandoski (2023) argumenta que

É possível identificar com clareza alguns dos principais pontos que caracterizam o movimento político. [...] Uma das primeiras características que podem ser apontadas do bolsonarismo é a sua relação com o regime militar, que passa desde declarações de Bolsonaro enaltecendo o período até a celebração da memória de figuras e suas ações, como as de Coronel Carlos Brilhante Ustra (1932-2015). As medidas de segurança pública e desenvolvimento econômico que remetem à ditadura são as principais mobilizadas pelo líder. [...] Em segundo momento, a questão da moral também é um aspecto essencial a ser chamado atenção para compreender o movimento político que se organiza ao redor da figura de Jair Bolsonaro e seus ideais. O bolsonarismo pode ser concebido, como sugere Ângela Alonso (2021), como uma “comunidade moral”. Ou seja, que apresenta uma interpretação própria da realidade sócio-política e econômica do país, assim como uma escolha do que é “bom” e o que é “mal”. O caso mais claro disso é a criação de binarismos (visão que organiza o universo através de categorias opostas) sociais. Esses que são associados a quais papéis o homem e a mulher devem assumir e a aqueles que são considerados “cristão e morais” versus os profanos. Esta organização dual da sociedade pode ser principalmente percebida através da noção de “cidadão de bem”, a qual implica a existência daqueles que não seriam parte desse conjunto como: ateus, corruptos, feministas, “os parasitas do Estado”, socialistas e entre outros. Portanto, é uma rede de pertencimento caracterizada pela oposição aos “outros”, esses que devem ser combatidos e são hierarquicamente inferiores. [...] A mobilização conservadora-patriótica presente nas manifestações de 2015 e 2016 estão relacionadas com a imagem de Jair Bolsonaro. De forma mais específica, os movimentos e a declaração de manifestantes pró-*impeachment* foram determinantes para o fortalecimento de elementos já presentes nos discursos do ex-parlamentar: a limpeza político-institucional e o anti-partidarismo (*sic*). A existência de cartazes em protestos com falas como “Fora Todos”, “O Brasil confia em Sérgio Moro!”, “Nossa política é imoral!”, “Queremos todos os corruptos na cadeia: Lula, Dilma, Calheiros, Cunha...” e até mesmo “Eu quero intervenção militar já” sugerem a existência de um sentimento não somente antipetista, mas possivelmente contrário à política brasileira de forma generalizada. Nessa lógica, os partidos brasileiros como o PT (Partido dos Trabalhadores), o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e o PSDB (Partido Social-Democrata Brasileiro) (*sic*) seriam todos semelhantes. Esses partidos tradicionais que, na percepção do bolsonarismo, seriam atravessados por corrupção, distanciamento dos cidadãos e por lógicas de governabilidade iguais. Dessa forma, é possível perceber o anti-partidarismo (*sic*) como outro fator que pode explicar “o que é o bolsonarismo?”. Esses fatos seriam confirmados ainda em pesquisas de Solano com manifestantes em 16 de agosto de 2015 na Avenida Paulista. Os dados levantados pela pesquisadora mostraram que 96% dos manifestantes não estavam satisfeitos com o sistema político e 73% não confiavam nos partidos (SOLANO, 2021). Logo, uma visão negativa da política, das instituições, dos partidos e das lideranças é crucial para a vitória (e a construção de um grupo ao seu redor) de um político que se apresentava como do “baixo clero” do Congresso Nacional e que ia “mudar tudo isso aí”.

Desta maneira, para Levandoski (2023), apesar de o conceito de bolsonarismo também ser polissêmico, existem ao menos três características que não podem ser dissociadas do movimento: O enaltecimento ao período da ditadura militar (militarismo), a questão moral (o conservadorismo “cristão” patriótico) e o antipartidarismo. Claro que essas são apenas algumas características básicas do movimento bolsonarista. Existem outras, como autoritarismo (que também pode ser incluída dentro do militarismo), a “defesa da família tradicional” (que pode ser incluída dentro da questão moral), o anticomunismo, o negacionismo científico, a liberalização do porte de armas, a rejeição aos direitos humanos, a aversão à esquerda política, etc.

Outro conceito importante a ser destacado é o de extrema direita. Talita de Carvalho explica o que caracteriza a extrema direita:

A extrema direita, como o próprio nome diz, é o posicionamento extremo desse espectro político. [...] a extrema direita está representada por movimentos independentes e partidos políticos com posicionamentos radicais, geralmente relacionados ao nacionalismo. A exaltação da nacionalidade e seus aspectos culturais e históricos leva – em muitos casos – à percepção de superioridade em relação a outras culturas e até mesmo comportamentos de preconceito e xenofobia. [...] Os movimentos de extrema direita, apesar de apresentarem variações conforme regiões no mundo, possuem alguns posicionamentos comuns, como uma agenda nacionalista forte e resistência à perda de soberania do país – têm uma certa rejeição à globalização e tendências de cooperação econômica. Sua ideologia tem caráter ultraconservador, extremista e, em muitos casos, seus adeptos adotam posturas preconceituosas e xenófobas – que é o medo ou aversão ao estrangeiro (CARVALHO, 2023).

A ideologia de direita extremada não é recente, mas remonta os regimes do fascismo e do nazismo, surgidos na Europa na primeira metade do século XX.

No caso do Brasil, podemos afirmar que não é de hoje que setores da elite nacional flertam com a extrema direita (Fascismo/Nazifascismo/Neonazismo). Desde a década de 1920 existiam movimentos de extrema direita no Brasil, culminando com a fundação da Ação Integralista Brasileira, partido de orientação fascista, em 1932. Os integralistas foram surpreendidos com dissolução da agremiação pela ditadura Vargas. Ao ter seu registro cassado, como os dos demais partidos, setores da AIB tentaram um contragolpe em Vargas, mas acabaram derrotados pelo governo. Apesar do desmantelamento da Ação Integralista Brasileira, na década de 1930, o Brasil, por vezes, teve de conviver com o “ovo da serpente” da ideologia fascista/nazista. Pessoas próximas a Bolsonaro, por exemplo, e o próprio Jair Bolsonaro, já utilizaram expressões de cunho nazifascista. Em janeiro de 2020, por exemplo, o então secretário da cultura do Governo Bolsonaro, Roberto Rego Pinheiro, mais conhecido como Roberto Alvim, divulgou um vídeo em que disse que “a arte deve ser heróica e imperativa”, palavras semelhantes às usadas em discurso nazista por Joseph Goebbels, ministro de propaganda de Adolf Hitler. O então secretário disse que o caso foi uma “coincidência retórica”. A forte repercussão do ocorrido levou a exoneração do secretário de Bolsonaro (G1, 2020a).

Nesse sentido, faz-se importante lembrar que o lema “Deus, Pátria e Família”, amplamente utilizado por Jair Bolsonaro, é de orientação fascista, inclusive sendo o *Slogan* da Ação Integralista Brasileira - AIB.

2.2 A NOVA DIREITA BRASILEIRA E A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO NO BRASIL

A nova direita brasileira teve um papel relevante na ascensão do bolsonarismo no Brasil na segunda década do século XXI. Até a ascensão da Nova Direita e do bolsonarismo no país, poucos brasileiros se classificavam como de direita. Não que essas pessoas não fossem “liberais” ou de “direita”, mas elas simplesmente não explicitavam suas convicções político-econômicas. Daí a expressão “direitismo envergonhado”. Assim, tais pessoas se classificam como de centro. Com o surgimento da nova direita e do bolsonarismo, essas pessoas se sentiram encorajadas para demonstrar explicitamente o que pensavam em relação à política, à economia e às questões sociais.

Nesse sentido, Dieguez (2021, p. 27) argumenta que

Bolsonaro arrebanhou os votos de brasileiros que, de uma hora para outra, passaram a se identificar como de “direita”. O fenômeno ganhou um apelido: bolsonarismo. E apesar de tomar de empréstimo o nome do então candidato e atual presidente da República, a nova direita brasileira nunca se limitou aos bolsonaristas. Pelo contrário: colocou sob um mesmo guarda-chuva grupos tão díspares como os conservadores nos costumes, os liberais na economia, os defensores da intervenção militar e os caçadores de corruptos nascidos na Operação Lava Jato. O bolsonarismo era – e continua sendo – uma dentre as muitas expressões da nova direita. A novidade é que, sob Bolsonaro, um político que fez carreira atacando tudo e todos, quem estava contido se sentiu liberado para expor sua própria fúria. Assim, independentemente do resultado das eleições de 2022, a nova direita brasileira veio para ficar. O melhor a se fazer é entendê-la.

A nova direita brasileira e o bolsonarismo souberam tirar proveito da instabilidade político-econômica do segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016) e dos eventos posteriores ao *impeachment* da presidenta até as eleições de 2018. Os primeiros sinais relevantes do surgimento dessa nova direita, como dissemos, se deu ainda no final do primeiro mandato da presidenta Dilma, em 2013, quando explodiram pelo país protestos contra o governo, a corrupção, os políticos e etc. O Início das manifestações ocorreu no dia 3 de junho, sendo que nos dias seguintes tais manifestações assumiram proporções gigantescas pelo país.

Nesse sentido Ibrahim (2021, p. 61-67) argumenta que:

Os protestos no Brasil em 2013, que também ficaram conhecidos como as jornadas de junho, formam o maior estudo de caso brasileiro considerando o direcionamento, por parte da mídia nacional e grupos empresariais, de um ímpeto difuso e avassalador da população para que esta energia, que demandava reformas e expressava uma profunda frustração com as instituições atuais, assumisse um caráter partidário a fim de se tornar o elemento central da principal força política atuante no

Brasil cinco anos depois. [...] Duas fases distintas caracterizaram as Jornadas de Junho, ambas organizadas pela internet, por meio das redes sociais, como o Movimento pelo Passe Livre (MPL) em São Paulo, a Assembleia Popular Horizontal, de Belo Horizonte, o Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens, do Rio de Janeiro, e o movimento Revolta do Busão. Todos Unidos pela mesma agenda de combater o aumento das tarifas do transporte urbano. [...] A segunda fase das jornadas de junho foi marcada por manifestações majoritariamente pacíficas, com grande cobertura midiática e intensa participação da “classe média” brasileira (TOP 10). No dia 17 de junho, segunda-feira, cerca de trezentos mil brasileiros saíram às ruas para protestar em doze cidades espalhadas pelo Brasil. Entretanto, a questão do transporte público começava a sair da pauta por ter sido atendida em várias cidades. [...] Finalmente, no dia 20 de junho de 2013, as manifestações assumiram outro tamanho e proposta. Os temas se tornaram muito menos focados na questão do transporte e começaram a surgir pautas que variavam entre as PECs 33 e 37, a “cura gay”, a qualidade do ensino e da educação, gastos com a Copa das Confederações FIFA, de 2013, e com a Copa do Mundo FIFA, de 2014, o fim da corrupção etc. Nesta data, houve um pico de mais de 1,4 milhão de pessoas nas ruas em mais de 120 cidades do Brasil. O que começou como um ato para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas maiores metrópoles, havia se transformado no movimento que reuniu o maior nível de atividade social registrado desde as Diretas Já.

Como já referido anteriormente, as manifestações de junho de 2013, que iniciaram como uma luta contra o aumento das passagens de ônibus, logo foram capturadas pela direita.

Ao analisar o movimento que ficou conhecido como as jornadas de junho de 2013, Dieguez (2021, p. 30-31) faz a seguinte análise:

[...] o que começara como um protesto contra o aumento de passagens se transformou numa revolta generalizada, traduzida em cartazes com os dizeres: “Não é só pelos vinte centavos”. E não era mesmo. Protestava-se contra tudo: contra a má qualidade dos serviços públicos, contra os gastos exorbitantes com os megaeventos esportivos – em especial as construções de estádios a valores superfaturados que começavam a ser revelados pela imprensa -, contra o oligopólio dos meios de comunicação, principalmente a TV Globo, contra os políticos, contra a dominação dos partidos sobre os movimentos populares, contra a violência policial, contra a miséria, contra o desemprego. As palavras de ordem iam de “Queremos hospitais e escolas padrão Fifa” – numa crítica às despesas com a Copa e ao baixo investimento em programas sociais – até “Os governantes agora somos nós”.

Na citação acima, percebe-se que várias das reivindicações dos manifestantes tinham características de propostas de esquerda. Mas aquilo que começara como um movimento tipicamente à esquerda, terminaria com uma guinada à direita. Além disso, as redes sociais começaram a assumir o protagonismo na difusão de ideologias políticas – principalmente das de direita - e na convocação de manifestações. É isso que procura explicar Dieguez (2021, p. 31):

A divisão da revolta foi facilitada por uma novidade na forma de comunicação entre os manifestantes: as mensagens virtuais, via celulares, e as mídias alternativas. Dessa forma, era possível reunir uma multidão em pouco tempo. Misturado a ela,

surgiu um novo tipo de manifestante: os *Black blocs*, jovens encapuzados e violentos, como senha destrutiva. Mas a novidade mais significativa naquele junho foi a presença expressiva de manifestantes não identificados com os movimentos de esquerda. Tratava-se de pessoas difusamente insatisfeitas com os governos de então e seus aliados, mas que, num primeiro momento, não tinham definição ideológica clara. Era o início do ativismo de direita, que, a partir da força motriz de certas figuras-chave que começavam a despontar e davam o tom ideológico de geleia geral, ganharia musculatura e cresceria de maneira avassaladora até o *impeachment* da presidente Dilma, em 2016. O levante de 2013 marcou o fim da hegemonia da esquerda nos movimentos sociais. A partir dali, a direita, que se mantinha encolhida desde a redemocratização, entrou escancaradamente em cena.

Assim, podemos perceber que a nova direita mostrou seus atributos ainda durante o Governo Dilma.

A partir desse momento (2013), o governo da presidente Dilma se viu mergulhado em uma crise política, que logo se manifestaria também no âmbito da Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014. A operação Lava Jato aprofundou o descrédito da população brasileira no governo e disseminou em muitos setores da sociedade um sentimento anti-petista, como se o PT fosse responsável por todas as mazelas da nação e, em especial, a corrupção.

Apesar dos problemas e das crises, Dilma Rousseff conseguiu se reeleger para um segundo mandato, em 2014. Mandato, esse, que seria interrompido pelo *impeachment* da chefe do poder executivo, em 2016. As provas utilizadas foram consideradas frágeis por especialistas (BRASIL, 2016). Um dos que consideraram as provas contra a presidenta Dilma frágeis foi o professor da Fundação Getúlio Vargas, o cientista político Cláudio Couto. O especialista afirma, em reportagem de Andreia Verdélio, que “os argumentos para o impeachment de Dilma ‘são muito frágeis’, o que provoca ressentimentos e desconfianças no meio político” (VERDÉLIO, 2016).

Na mesma reportagem, outra cientista política a criticar o processo de impeachment contra Dilma foi a professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Flávia Biroli. Para a cientista política

O fato do prosseguimento do processo de deposição de uma presidenta eleita, no qual não há prova de crime de responsabilidade ou de corrupção ter sido dado por alguém que é investigado por corrupção e lavagem de dinheiro, é preocupante. A cena que está montada é uma cena em que vemos a ação dos grupos que querem garantir que as investigações sejam bloqueadas. Fica cada vez mais claro que os acordos são para Cunha não ser cassado. O discurso contra a corrupção foi o mote da mobilização a favor do *impeachment* mas a cena é de deputados que são réus tentando impedir uma presidenta eleita de seguir seu governo. (VERDÉLIO, 2016).

A fala da cientista política vai ao encontro da tese de retaliação defendida pelo PT, quando da abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Segundo o Partido dos Trabalhadores, Eduardo Cunha teria aceitado a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma como uma retaliação ao voto da bancada contra ele no Conselho de ética, onde o Peemedebista era alvo de representação por quebra de decoro parlamentar (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2015). Importante salientar que Eduardo Cunha seria preso pela Operação Lava Jato em outubro de 2016, acusado dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

As acusações contra Dilma eram de que a presidenta havia cometido as chamadas “peladas fiscais”, instrumento que outros presidentes anteriores já haviam utilizado e nunca havia sido classificado como crime de responsabilidade, além de ela ter editado “irregularmente” decretos de suplementação orçamentárias sem a devida aprovação do parlamento. Devido a isso (fragilidade das provas apresentadas), a esquerda brasileira classificou o impedimento da presidenta como sendo um golpe político-institucional. A Defesa de Dilma argumentou que tanto as ditas “peladas fiscais” quanto os decretos de suplementação orçamentárias eram legais, mas não logrou êxito. Em 31 de agosto de 2016, o Senado decidiu pelo afastamento de Dilma e pela posse do vice, Michel Temer.

O governo de Michel Temer (2016-2018) foi marcado pela liberalização da economia, com a Reforma Trabalhista e a aprovação da PEC do Teto de Gastos. Na área da Educação, o Governo Temer ficou marcado pela Reforma do Ensino Médio. Além das reformas econômicas e da criação do Novo Ensino Médio, o governo de Michel Temer também foi marcado por escândalos de corrupção.

Sem dúvidas, as crises, econômica, política e social pelas quais o país passou a partir de 2013, contribuíram para a criação de um sentimento antissistema e para a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. Além disso, outro fator que contribuiu para a vitória de Bolsonaro na eleição de 2018 foi a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de abril do mesmo ano. Lula era o líder das pesquisas eleitorais. Com a prisão do arquirrival, o caminho ficou livre para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. Algo que é importante ser destacado é que o bolsonarismo é maior do que Bolsonaro e anterior ao seu governo. É difícil se apontar um momento específico para o surgimento do bolsonarismo, pois Bolsonaro atuou 27 anos como deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro antes de ser eleito presidente da república. Deste modo, percebe-se que o político já tinha há algum tempo um eleitorado cativo no estado fluminense. Mas a partir das crises políticas dos anos que antecederam a eleição de 2018, Bolsonaro passou a aparecer mais no cenário nacional, se mostrando um candidato antissistema, se

apresentando como o “novo” na política, como um político “não político”. Em 2014, Bolsonaro foi o candidato a deputado federal mais votado do Estado do Rio de Janeiro e, em março de 2016, o deputado Bolsonaro se filiou ao Partido Social Cristão - PSC tendo sua pré-candidatura à presidência lançada pelo partido. Em 2018, porém, Bolsonaro se desfiliou do PSC e se filiou ao Partido Social Liberal - PSL, partido que lançou oficialmente sua candidatura ao cargo de presidente do Brasil. Com o sistema político em crise, com o país sendo governado por um presidente impopular (Michel Temer) e com a prisão o líder nas pesquisas eleitorais, o caminho estava agora livre para a ascensão da extrema direita no país e para a eleição de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de presidente da República Federativa do Brasil.

Ao analisar os motivos que levaram à vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, Ibrahim (2021, p. 25) argumenta que

no Brasil, em 2018, cinco grandes forças motivaram a votação maciça que o então deputado federal Jair Bolsonaro recebeu nos dois turnos da eleição presidencial: (1) o antipetismo, que foi estimulado com voracidade ímpar por alguns dos principais grupos empresariais e de comunicação do país nos anos anteriores; (2) o elitismo histórico-cultural, reforçado principalmente por boa parte da classe média brasileira e algumas camadas mais pobres e ascendentes da população; (3) o dogma religioso, neste caso, mais especificamente por meio da notória adesão dos evangélicos à candidatura de Bolsonaro; (4) o sentimento antissistema, em virtude de uma imensa descrença no modelo de democracia representativa (31 milhões de abstenções e onze milhões de brancos e nulos) e (5) o uso de novas ferramentas e estratégias de comunicação, tais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *WhatsApp*, para a disseminação de notícias falsas e discursos de ódio.

Um fato importante que também contribuiu para a eleição de Bolsonaro foi atentado sofrido pelo então candidato, em 6 de setembro de 2018.

A campanha eleitoral de 2018 foi marcada pelas *Fake News* (Notícias Falsas). O uso das redes sociais e de robôs geraram controvérsias na eleição presidencial daquele ano.

O segundo turno da eleição presidencial foi realizado entre o candidato Jair Messias Bolsonaro, do PSL, e Fernando Haddad, do PT. Ao final da apuração ficou decretada a vitória de Jair Bolsonaro, com 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% de Fernando Haddad (BRASIL, 2018).

2.3 DISCURSOS E PRÁTICAS DE JAIR BOLSONARO

As vidas pública e privada de Jair Bolsonaro podem ser classificadas como controversas. As controvérsias envolvendo a pessoa de Bolsonaro iniciaram antes mesmo de ele entrar para a política. Em 1986 o então capitão do exército foi preso por quinze dias após escrever um artigo na revista *Veja* criticando o soldo dos militares. O Artigo intitulado “O salário está baixo” garantiu projeção nacional a Bolsonaro.

No ano seguinte, em 1987, Bolsonaro foi acusado de planejar atentados, em que seriam colocadas bombas de baixa potência em banheiros da Vila Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, e em alguns outros quartéis militares com o objetivo de protestar contra o baixo salário que os militares recebiam na época. Além disso, seria colocada uma na adutora Guandu, que abastece de água a cidade do Rio de Janeiro. Bolsonaro revelou o plano concedendo entrevista à *Revista Veja*, mas logo depois desmentiu que tivesse participado de tal plano. A *Revista Veja*, porém, divulgou o rascunho do plano que havia sido desenhado por Bolsonaro. Segundo a revista, em reportagem de 2017,

Reportagem de VEJA [...] reproduziu croqui feitos à mão pelo próprio Bolsonaro que mostrava a adutora de Guandu, que abastece o Rio de Janeiro, e o rabisco de uma carga de dinamite detonável por intermédio de um mecanismo elétrico instalado num relógio. A reportagem também desmentiu afirmação de Bolsonaro de que não conhecia a repórter Cássia Maria, autora dos textos, ao relatar dois encontros da jornalista na casa do capitão, onde conversou com ele, na presença de testemunhas. Segundo reportagem da *Folha*, uma perícia da Polícia Federal foi inequívoca ao concluir que as anotações eram mesmo dele. Os Coronéis responsáveis pela investigação decidira, por unanimidade, pela condenação. “O justificante [Bolsonaro] mentiu durante todo o processo, quando negou a autoria dos esboços publicados na *Revista Veja*, como comprovam os laudos periciais.” Segundo documento assinado por três coronéis, Bolsonaro “revelou comportamento aético e incompatível com o pundonor militar e o decoro da classe, ao passar à imprensa informações sobre a sua instituição”. Bolsonaro – que sempre negou a autoria de planos para colocar bombas em unidades militares - recorreu ao Superior Tribunal Militar (STM). A corte, por 8 votos a 4, considerou Bolsonaro “não culpado”, já que havia dois laudos inconclusivos em relação à autoria dos esboços publicados por *Veja* (VEJA, 2017).

O julgamento foi realizado em 16 de junho de 1988 e Bolsonaro, apesar de inocentado por “falta de provas”, foi para a reserva com a patente de capitão, após ter sido eleito para o cargo de vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão – PDC – em novembro do mesmo ano. De acordo com o “Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880), os integrantes das Forças Armadas com mais de cinco anos de serviço que são eleitos para cargos eletivos devem ser transferidos para a reserva no ato da diplomação, com direito à remuneração pelo tempo de serviço.” (POMBO, 2022). Importante salientar que, apesar de

dois exames grafotécnicos terem resultado inconclusivos, perícia da Polícia Federal concluiu inequivocadamente que as anotações eram dele - Jair Bolsonaro (VASCONCELLOS, 2022).

Segundo Valente (2017), a ficha militar do exército dizia que “Bolsonaro era agressivo e tinha excessiva ambição”. Segundo o jornalista,

documento sigiloso produzido pelo exército na década de 1980 mostra que oficiais superiores do hoje presidencial Jair Bolsonaro (PSC) o avaliaram como dono de uma “excessiva ambição” em realizar-se financeira e economicamente. A avaliação foi protocolada sob sigilo, em 1987, no gabinete do então ministro do exército, Leônidas Pires Gonçalves, durante um processo a que Bolsonaro foi submetido no Conselho de Justificação (espécie de inquérito) (VALENTE, 2017).

Essa “excessiva ambição” ficaria evidente nos anos em que Bolsonaro exerceu seus mandatos políticos. A Jornalista Juliana Dal Piva (2022), aborda a história da família Bolsonaro no livro “o Negócio do Jair: A história proibida do clã Bolsonaro”. Para a autora, Bolsonaro seria o líder de uma grande organização criminosa, que envolveria toda ou grande parte da família Bolsonaro. A referida jornalista, argumenta que

ao investigar a vida do presidente e de sua família nos últimos quatro anos, pensei muito no que significava conhecer a “verdade” sobre Jair e a história do clã Bolsonaro. Em sua trajetória política, o presidente negou diferentes fatos históricos: a escravidão, o golpe militar, a prática de tortura na ditadura e, mais recentemente, as orientações de cientistas de todo o mundo para prevenir e combater a Covid-19. Primeiro, ele negou a história. Depois, a ciência. E desde que conquistou a cadeira da Presidência da República, serviu-se de boa parte do poder para esconder seu passado: a verdadeira história da sua vida privada e dos negócios que o ajudaram a construir seu patrimônio e erguer tanto sua carreira política como a de seus filhos. As investigações sobre o clã Bolsonaro expõem a verdade de um passado que o presidente e a família não têm interesse em revelar. Os milhares de documentos, tanto os reunidos pelo Ministério Público quanto os que obtive junto a fontes e nos registros públicos, mostram mais do que provas contra Flávio e Carlos: põem a nu indícios que ligam à negociata pessoas muito próximas a Bolsonaro – assessores, parentes, ex-mulheres e até a atual primeira-dama. Os relatos e documentos indicam que o próprio Bolsonaro liderava toda a família. Mais do que acompanhar as investigações criminais sobre dois filhos do presidente, me senti entrando numa espécie de labirinto da vida de Jair Bolsonaro – brigas, intrigas, traições, chantagens, separações, divórcios, além de muitos imóveis e despesas quitados com milhões em dinheiro vivo. [...] Além disso, os Bolsonaro ainda construíram laços com policiais que se transformaram em milicianos e matadores de aluguel, conectando-os, de algum modo, aos gabinetes do clã (PIVA, 2022, p.22-23, grifo nosso).

Um dos casos mais expressivos envolvendo familiares de Bolsonaro foi o da rachadinha na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, quando Flávio Bolsonaro, o filho primogênito de Jair Bolsonaro, foi acusado de obrigar funcionários lotados em seu gabinete a devolverem grande parte de seus salários. Em novembro de 2021 o site G1 noticiava o que segue:

Ministério Público aponta que senador chefiava esquema de repasses ilegais de salários em seu gabinete, quando deputado. [...] A estimativa é que cerca de 2,3 milhões tenham sido movimentados em um esquema de “rachadinha”, no qual funcionários do então deputado devolviam parte do salário que recebiam na Alerj. O dinheiro, segundo a investigação, era lavado com aplicação em uma loja de chocolates no Rio, da qual o senador é sócio, e em imóveis. Em novembro de 2019, a loja foi alvo de busca e apreensão na investigação sobre essas movimentações suspeitas por parte de ex-assessores, dentre eles o ex-policial militar Fabrício Queiroz. Segundo promotores, a organização criminosa existiu “com alto grau de permanência e estabilidade, entre 2007 e 2018, destinada à prática de desvio de dinheiro público e lavagem de dinheiro”. (G1, 2021).

Apesar dos escândalos envolvendo o chamado “01” de Bolsonaro, em novembro de 2021, a 2ª Turma do Tribunal Superior Federal (STF) definiu que Flávio Bolsonaro

possui foro privilegiado para impedir processos e julgamentos sobre fatos ocorridos quando ele ainda era deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Em seguida, decidiram arquivar a investigação contra a senador por considerar que houve quebra de sigilos fiscal e bancário, por parte do Ministério Público do Rio de Janeiro, sem a devida autorização judicial (MENDES, 2021).

Sobre as investigações envolvendo os filhos de Bolsonaro, Juliana Dal Piva, argumenta que

Conforme avançavam as investigações sobre os filhos no MP-RJ, Bolsonaro fez o que esteve ao seu alcance para encobrir o processo, tanto no judiciário como no Executivo federal. Por isso incluí tudo o que pude apurar acerca das movimentações do clã nos bastidores e como instituições agiram ou ficaram paradas em função das pressões dos advogados de defesa ou da própria família Bolsonaro. Inclusive contra mim. Ao final, penso ter mostrado Jair Bolsonaro na intimidade, sem as várias camadas do personagem que ele buscou construir para si ao longo dos anos. E também como o agora presidente alavancou o patrimônio e a vida pública do clã. Ao dominar os fatos, é possível conhecer a verdade (PIVA, 2022, p. 23).

Bolsonaro também foi alvo de escândalos envolvendo questões financeiras. Em 2008, Bolsonaro foi acusado pela ex-mulher, Ana Cristina Siqueira Valle, de furtar um cofre dela no valor de aproximadamente 1,6 milhão de reais de uma agência do Branco de Brasil e de ocultar patrimônio à justiça eleitoral em 2006. Em 28 de setembro de 2018, o jornal Gaúcha ZH assim noticiava o escândalo envolvendo Bolsonaro divulgado por reportagem da Revista Veja:

Ex-mulher acusou Bolsonaro de furto, ocultação de patrimônio e agressividade, diz revista. Reportagem da Veja teve acesso a processo de cerca de 500 páginas com declarações de Ana Cristina, que se separou do deputado federal em 2007. “Comportamento explosivo”, “desmedida agressividade”, furto de cofre e ocultação de bens. Essas são as acusações de Ana Cristina Siqueira ao ex-marido, o presidencial Jair Bolsonaro (PSL), que entraram na esfera do interesse público na última quinta-feira (28). [...] Após mais de 10 anos juntos, Bolsonaro e Ana Cristina

se separaram em 2007. Na época, eles disputavam a guarda do filho do casal, hoje com 20 anos, e a mulher alegava que o ex-companheiro resistia a fazer uma partilha justa dos bens. Por isso, segundo a revista, em abril de 2008, ela deu entrada com ação na 1ª Vara de Família do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. No documento, Ana Cristina acusou o ex-marido de ocultar patrimônio pessoal na prestação de contas à Justiça Eleitoral em 2006, quando foi candidato a deputado federal e declarou ter R\$ 433 mil em bens. Contudo, segundo a mulher, os bens do casal corresponderiam a R\$ 7,8 milhões, em valores atuais. Ainda segundo a revista, Ana Cristina afirmou que Bolsonaro teria furtado o cofre dela numa agência do Banco do Brasil, em outubro de 2007, e levado R\$ 1,6 milhão entre joias, dólares e dinheiro vivo. Bolsonaro era um marido de “comportamento explosivo” e de “desmedida agressividade”. Essa foi a razão que levou Ana Cristina a separar-se, diz Veja. Essa é a segunda vez que acusações sobre comportamento do candidato saem do escopo sigiloso. Em 2011, Ana afirmou ao Itamaraty, em telegrama arquivado no órgão, que foi ameaçada de morte por ele, o que a levou a deixar o Brasil em 2009. O relato foi divulgado pelo jornal Folha de S.Paulo na última terça-feira (25). (GZH, 2018).

Devido às acusações de sua ex-mulher, Bolsonaro chegou a ser investigado pela Receita Federal por ocultação de patrimônio. O site Metrôpoles, divulgava a notícia em 29 de setembro de 2018:

A Receita Federal investigou denúncia feita em 2008 pela advogada Ana Cristina Valle, ex-mulher do candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL), de que ele teria ocultado patrimônio da Justiça Eleitoral. Segundo relatos à reportagem, a Receita não conseguiu encontrar “respaldo documental” que comprove os fatos relatados por ela. A investigação, no entanto, foi feita apenas com base nos dados apresentados pelo deputado em sua declaração de Imposto de Renda e nos bens registrados em nome de Bolsonaro. Ou seja, não se averiguou se existem outros bens em nomes de terceiros que seriam de propriedade do deputado, como é comum em casos de ocultação de patrimônio. [...] Segundo fontes da Receita, o órgão abre anualmente investigação para apurar a evolução patrimonial de Bolsonaro e de outros contribuintes considerados “politicamente expostos”, que declararam bens acima de um valor relevante (que não é divulgado). Em uma dessas investigações, as denúncias feitas pela ex-mulher de Bolsonaro foram levadas em conta, mas nada foi encontrado. Nos últimos anos, a Receita concluiu ainda que a variação no patrimônio declarado pelo deputado é compatível com a sua renda. Um técnico do órgão ressaltou, porém, ser comum que essas investigações de políticos concluam que a declaração é compatível com a renda porque, nos casos dos fraudadores, os bens comprados de forma irregular são escondidos do Fisco, sendo registrados em nomes de terceiros ou mantidos no exterior. Outros políticos envolvidos em irregularidades recentemente também passaram por este pente-fino da Receita, como o deputado cassado Eduardo Cunha (MDB-RJ), por exemplo. Também nesses casos, a órgão concluiu que não existiam irregularidades em suas declarações e, mais tarde, investigações mais aprofundadas mostraram que eles tinham um patrimônio não declarado ao Fisco, fruto de corrupção. De acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), na esfera eleitoral, deixar de prestar a íntegra das informações numa declaração de bens não é crime porque se trata de uma autodeclaração – não tem validade jurídica como prova (METRÓPOLES, 2018, grifo nosso).

Além das acusações envolvendo familiares e ele próprio, Bolsonaro enfrentou várias outras controvérsias. As acusações são fartas: homofobia, misoginia, xenofobia, etc.

Uma das grandes polêmicas envolvendo Bolsonaro dizia respeito à deputada federal Maria do Rosário. Em 2014, o então deputado federal disse que “não a estuprava porque ela

não merecia.” Logo após o resultado da eleição presidencial de 2018, quando Bolsonaro foi eleito presidente, Mazui e Calgaro, em reportagem para o G1, lembravam a polêmica envolvendo Bolsonaro e Maria do Rosário.

De tempos em tempos, a língua afiada e as atitudes do parlamentar renderam representações no Conselho de Ética da Câmara ou ações na justiça. Ele foi alvo de quatro processos desde a instalação do Conselho. Um dos embates mais emblemáticos ao longo da sua trajetória na Câmara foi com a deputada Maria do Rosário (PT-RS). Em 2014, Bolsonaro repetiu da tribuna ofensas contra a parlamentar dizendo que só não a estuprava porque ela “não merecia”. Ele foi condenado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a pagar uma indenização por danos morais. Bolsonaro também é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por apologia ao crime de estupro e injúria (MAZUI; CALGARO, 2018).

Em setembro de 2018, pouco mais de um mês antes do primeiro turno das eleições, o então candidato Bolsonaro, em visita ao estado do Acre proferiu mais um discurso de ódio, desta vez contra a “Petralhada”, como ele se referiu aos petistas. O jornal digital Poder360 (2018) assim noticiou o ocorrido:

O candidato à presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro, falou em “fuzilar a petralhada” e enviá-los para a Venezuela. O PT entrou com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) em razão do discurso. O militar esteve no Acre no último sábado (1º.set.2018) e num discurso se referiu ao comando do Estado, com o PT há anos, desde 1999. “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”, disse o capitão do exército na reserva. Nesse momento do seu discurso, tomou emprestado 1 tripé de uma câmera e usou-o como se fosse uma metralhadora. “Vamos botar esses picaretas pra correr do Acre”, continuou Bolsonaro. “Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir para lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein galera? Vão ter de comer é capim mesmo, hein?”, concluiu o candidato, sorrindo (PODER360, 2018).

Outras acusações que pesam sobre Bolsonaro são de homofobia e racismo. Em 2011, ao ser entrevistado pela cantora Preta Gil, sobre o que faria se um filho seu namorasse uma negra, o então deputado deu a entender que seria uma promiscuidade um filho seu namorar uma negra. O ocorrido foi amplamente noticiado na época. No dia 29 de março de 2011, o site G1 (2011) assim noticiou o fato:

Deputado associa na TV namoro com negras à promiscuidade. [...] O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) afirmou que não discutiria “promiscuidade” ao ser questionado pela cantora Preta Gil, no Programa “CQC”, da TV Bandeirantes, sobre como reagiria caso o filho namorasse uma mulher negra. A Pergunta, previamente gravada, foi apresentada ao deputado na noite dessa segunda-feira (28), no quadro do programa intitulado “O povo quer saber”: Se seu filho se apaixonasse por uma negra, o que você faria?” Bolsonaro respondeu: “Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco, e meus filhos foram muito bem educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o teu.”

Na mesma entrevista, Bolsonaro disse que os filhos dele não são gays porque tiveram uma boa educação.

Defensor do Regime Militar, Bolsonaro já fez diversas declarações polêmicas defendendo a ditadura e os torturadores. Em 24 de setembro de 2018, o site da Revista Exame relembrou as declarações polêmicas de Bolsonaro envolvendo a ditadura militar brasileira:

A justificativa da tortura durante o regime militar (1964-1985) e o desprezo pelas reivindicações por igualdade sexual e racial são constantes do candidato Jair Bolsonaro, favorito no primeiro turno nas eleições para a presidência. Confira algumas de suas declarações: - "O erro da ditadura foi torturar e não matar" (entrevista à rádio Jovem Pan, junho de 2016) - "No período da ditadura, deviam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique, o que seria um grande ganho para a Nação" (maio de 1999, declarações difundidas pela TV Bandeirantes.) - Na sessão da Câmara de abril de 2016, quando votou a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, Bolsonaro dedicou seu voto ao coronel Brilhante Ustra, que na ditadura militar chefiou o DOI-Codi (serviços de inteligência e de repressão, acusado de cometer pelo menos seis assassinatos sob tortura). "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff", disse Bolsonaro (EXAME, 2018, grifo nosso).

O site do jornal O Estado de Minas, em 29 de agosto de 2018, também lembrava declarações polêmicas de Bolsonaro:

Bolsonaro defende guerra civil e sonegação de impostos em vídeo de 1999. O candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), defendeu, em vídeo que circula na internet, uma guerra civil no país, com o assassinato de pelo menos 30 mil pessoas. Ele também incentivou a população a sonegar impostos: "Conselho meu e eu faço: sonego tudo que for possível", disse. O vídeo é o trecho de uma entrevista concedida por Bolsonaro ao programa Câmera Aberta, da emissora Band, em 1999. Na época, Bolsonaro era deputado federal e não tinha pretensões presidenciais. Ele disse que "o voto não vai mudar nada no Brasil". "Só vai mudar infelizmente quando partirmos para uma guerra civil, fazendo um trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30 mil, começando com FHC, não vamos deixar ele pra fora, não", disse. Ele insiste que o assassinato em massa é o que vai resolver o problema do país. "Vão morrer alguns inocentes. Tudo bem. Em toda guerra, morrem inocentes. Eu até fico feliz se morrer, mas desde que vão 30 mil junto comigo. Fora isso, vai ficar no 'nhenhennem'", afirmou. Bolsonaro também aconselhou a população a sonegar impostos e contou que, quando pode, nunca paga nota fiscal. "Bobos somos nós que estamos pagando imposto aqui embaixo. Aliás, conselho meu e eu faço: sonego tudo que for possível. Se puder não pagar nota fiscal eu não pago, porque o dinheiro vai para o ralo, vai para a sacanagem", afirmou o político, em 1999. O entrevistador também perguntou se, caso fosse eleito presidente, fecharia o Congresso Nacional. "Não há a menor dúvida. Daria golpe no mesmo dia. Não funciona e tenho certeza que pelo menos 90% da população ia bater palma. O congresso hoje em dia não vale para nada", reforçou (O ESTADO DE MINAS, 2018, grifo nosso).

Outra acusação que pesa sobre Jair Bolsonaro é a de misoginia. Em abril de 2017, Bolsonaro, ao falar sobre seus filhos, disse que deu uma fraquejada quando teve uma filha mulher. O site Revista Fórum (2017) assim noticiou o ocorrido:

Em palestra na Hebraica, no Rio de Janeiro, nesta terça-feira, o deputado Jair Bolsonaro enfrentou protestos, foi vaiado na chegada e na saída, mas nada disso o impediu de dar o seu habitual *show* de horrores. Entre as pérolas que soltou, algumas preconceituosas, misóginas e racistas, uma se destaca, pois envolve a sua própria família. “Eu tenho cinco filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”.

Na mesma palestra, Bolsonaro falou sobre os quilombolas: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Nem pra procriar ele serve mais.” (REVISTA FÓRUM, 2017).

O governo Bolsonaro (2019-2022) foi marcado pela Pandemia de Covid-19. A gestão da crise sanitária e as declarações de Bolsonaro em relação às vítimas da doença foram alvo de repúdio por parte da imprensa e da sociedade brasileira. A gestão da pandemia, segundo especialistas, foi um dos fatores que levaram Bolsonaro a não conseguir a reeleição.

Em 3 de maio de 2023, o site do Jornal O Estado de Minas relembra as declarações polêmicas de Bolsonaro envolvendo a pandemia de Covid-19:

Desde o início de 2020, quando o coronavírus começava a se espalhar pelo mundo, Jair Bolsonaro deu uma série de declarações nas quais sempre buscava minimizar os impactos da pandemia da COVID-19. Como presidente, ele propagou discurso negacionista e usou palavras histeria e fantasia para classificar a reação da população e da imprensa à pandemia. Bolsonaro também distribuiu remédios ineficazes contra a doença, incentivou aglomerações, atuou contra a compra de vacinas, espalhou informações falsas sobre a COVID-19 e fez campanhas de desobediência a medidas de proteção, como o uso de máscaras (O ESTADO DE MINAS, 2023).

Dentre as declarações mais polêmicas de Bolsonaro em relação à pandemia, podemos destacar a de 20 de março de 2020, quando Bolsonaro declarou: “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não. Se o médico ou o ministro me recomendar um novo exame, eu farei. Caso contrário, me comportarei como qualquer um de vocês aqui presentes” (ZGH, 2023).

Quatro dias depois, Em 24 de março, durante um pronunciamento de televisão, Bolsonaro disparou: “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão” (G1, 2020b).

Em 20 de abril de 2020, quando questionado sobre a quantidade de mortes por Covid-19 que seria aceitável para que o governo passasse a adotar medidas mais eficazes contra a doença, Bolsonaro disparou: “Eu não sou covreiro”. Em 28 de abril do mesmo ano, ao ser

questionado sobre o recorde de mortes registradas em 24 horas, Bolsonaro declarou: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.” No ano seguinte, em 24 de março, mais uma vez Bolsonaro mostrou sua insensibilidade em relação às vítimas de Covid-19 ao disparar: “Nós temos que enfrentar os nossos problemas, chega de frescura e de mimimi. Não ficar chorando até quando? Temos de enfrentar os problemas. Respeitar, obviamente, os mais idosos, aqueles que têm doenças, comorbidades, mas onde vai parar o Brasil se nós pararmos?” (O ESTADO DE MINAS, 2023, grifo nosso).

Durante a CPI da Covid, especialistas afirmaram que cerca de 400 mil mortes pela doença poderiam ter sido evitadas. Em 25 de junho de 2021, o site do Senado Federal divulgava a seguinte informação:

CPI: 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas, dizem especialistas. m depoimento à CPI da Pandemia na quinta-feira (24), a diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil e coordenadora do Movimento Alerta, Jurema Werneck, e o epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas, apontaram que 400 mil mortes por covid-19 poderiam ter sido evitadas no Brasil se o governo tivesse adotado práticas científicas no controle da pandemia (BRASIL, 2021).

Conforme já referido, segundo especialistas, a má gestão da crise sanitária de Covid-19 pelo Governo Federal foi um dos fatores que contribuíram para Bolsonaro se tornar o primeiro presidente do Brasil, desde a redemocratização, a tentar uma reeleição e não conseguir. Um dos especialistas que argumentavam dessa forma, ainda em 2021, era o cientista Político Rafael Cortes. Em 24 de maio de 2021, Mariana Schreiber citava a argumentação do cientista político em reportagem para a BBC News Brasil: “O efeito que me parece mais concreto (da CPI) é cristalizar uma rejeição alta do governo. Se de fato esse cenário ocorrer, já é suficientemente relevante porque, com a rejeição ao governo em torno de 50% do eleitorado, me parece que é um patamar que sugere transição eleitoral em 2022.” (SCHREIBER, 2021). Rafael Cortes de referia à CPI da Covid-19, que mostrou um número elevado de mortes poderia ter sido evitado se o governo tivesse agido de forma correta.

Em 14 outubro de 2022, Bolsonaro fez outra declaração polêmica, desta vez ao dizer que supostamente teria “pintado um clima” com umas adolescentes venezuelanas de quatorze ou quinze anos. As falas do então presidente, gerou alegações de pedofilia por parte da oposição. O site G1 noticiou a declaração de Bolsonaro:

Uma fala do presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) em entrevista a um podcast nesta sexta-feira gerou repercussão nas redes sociais. Na declaração, Bolsonaro conta que estava de moto andando em uma região administrativa do Distrito Federal e encontrou meninas venezuelanas: “Eu estava em Brasília, na

comunidade de São Sebastião, seu eu não me engano, em um sábado de moto [...] parei a moto em uma esquina, tirei o capacete e olhei umas menininhas... (*sic*) três, quatro, bonitas, de 14, 15 anos, arrumadinhas, num sábado, em uma comunidade, e vi que eram meio parecidas. 'Pintou um clima', voltei. 'Posso entrar em sua casa?' Entrei. Tinha umas quinze, vinte meninas, sábado de manhã, se arrumando, todas venezuelanas. E eu pergunto: meninas bonitinhas, de 14, 15 anos, se arrumando no sábado para quê? Ganhar ávida", afirmou. [...] O senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), líder da oposição no Senado Federal disse sentir "nojo" e "revolta" e afirmou que ficou "mais chocado como o que ele [Bolsonaro] é e o que ele representa. "Nojo, REVOLTA! O que Bolsonaro disse nessa entrevista, com tanta naturalidade, me deixou ainda mais chocado com o que ele é e o que representa! Ele disse que 'PINTOU UM CLIMA' entre ele e meninas de 14/15 anos. E ainda pediu para entrar na casa delas!", afirmou Randolfe. [...] A deputada federal pelo Distrito Federal Erika Kokay (PT) disse que é "muito grave" a afirmação de Bolsonaro. A parlamentar questionou a razão pela qual o presidente teria entrado na residência das meninas. [...] O deputado federal eleito Guilherme Boulos (PSOL-SP) disse que o presidente é "asqueroso e perverso" e questionou "esse é o candidato que diz defender a moral e a família?". Talíria Petrone (PSOL), deputada federal pelo Rio de Janeiro, disse que "assim como Damares [ex-ministra], Bolsonaro faz apologia a crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Ele precisa ser investigado" (G1, 2022a).

Em 30 de outubro de 2022, ocorreu o segundo turno da eleição presidencial, tendo este sido disputado entre o então presidente Jair Bolsonaro e seu arquirrival Luiz Inácio Lula da Silva. Lula venceu a disputa com 50,90% dos votos válidos (BRASIL, 2022). A eleição foi marcada por acusações de tentativa de fraude por parte de Bolsonaro. Houve acusações de eleitores da região nordeste do país terem sido parados em operações-padrão pela Polícia Rodoviária Federal, como forma de intimidar os eleitores petistas. Meses antes, em 18 de julho, Bolsonaro realizou reunião com embaixadores para atacar as urnas eletrônicas, alegando, sem provas, que elas não seriam seguras (G1, 2022c). O Partido Democrático Trabalhista - PDT entrou com uma representação, pedindo a inelegibilidade de Bolsonaro por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. Em 30 de junho de 2023, O Tribunal Superior Eleitoral - TSE, por 5 votos a 2, declarou Bolsonaro inelegível por oito anos, a contar das eleições de 2022 (BRASIL, 2023).

Antes da Inelegibilidade de Bolsonaro, entre outubro de 2022 e junho de 2023, ainda foram noticiados mais alguns escândalos envolvendo pessoas ligadas ao ex-presidente e pessoas próximas. Entre os fatos mais relevantes, a descoberta da tentativa de um golpe de Estado frustrado e a invasão das sedes dos três poderes, ocorridas em 8 de janeiro de 2023. Logo após as eleições de 2022, grupos de Bolsonaristas acamparam em frente aos quartéis de todo o país para pedir intervenção militar, com Bolsonaro no poder. O ápice da investida golpista foi a invasão da praça dos três poderes, em 8 de janeiro. No dia seguinte, portanto 9 de janeiro, o ministro do STF Alexandre de Moraes, determinou a desocupação dos acampamentos golpistas (G1, 2023b). No dia 10 de janeiro de 2023, A Polícia Federal encontrou na casa do ex-ministro da justiça de Bolsonaro, de Anderson Torres, a minuta de

um decreto Golpista, para derrubar o governo Lula e colocar Bolsonaro no Poder. O site G1, em 12 de janeiro de 2023, noticiava o ocorrido:

PF encontra na casa de Anderson Torres minuta de decreto para instaurar estado de defesa no TSE. Medida pode ser considerada inconstitucional. PF esteve na casa do ex-ministro da Justiça para cumprir mandado de prisão na terça-feira (10); Torres viajou para os EUA e ainda não voltou para o Brasil. A Polícia Federal (PF) encontrou na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres uma minuta de um decreto para instaurar estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e mudar o resultado das eleições de 2022. No Twitter, Torres se manifestou sobre a minuta. Ele disse que o "documento citado foi vazado fora do contexto ajudando a alimentar narrativas falaciosas" contra ele[...] medida pode ser considerada inconstitucional. A GloboNews apurou que o documento encontrado pela PF cita o reestabelecimento imediato da lisura e correção da eleição de 2022. Segundo especialista ouvido pelo g1, o "propósito" do decreto "seria interferir no Tribunal Superior Eleitoral para Bolsonaro se autodeclarar vencedor das eleições". Renato Ribeiro de Almeida, coordenador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), afirmou ainda que o decreto, se publicado, seria "totalmente inconstitucional". "É golpe. Não existe uma previsão legal para isso. Não existe no estado democrático de direito. É um ato preparatório de crime. Se fosse colocado em prática, levaria à prisão de Anderson Torres e do próprio Jair Bolsonaro", afirmou (G1, 2023c).

Entre o escândalo da tentativa de golpe e a declaração da inelegibilidade de Bolsonaro por parte do TSE, ainda houve tempo para divulgação da mais um escândalo envolvendo Bolsonaro. Trata-se do caso das jóias que Jair Bolsonaro e sua esposa, Michelle Bolsonaro, tentaram fazer entrar ilegalmente no Brasil. Em 4 de março de 2023, Danilo Moliterno, em reportagem para a CNN Brasil, noticiava:

O Governo de Jair Bolsonaro (PL) tentou trazer ilegalmente ao Brasil um conjunto de joias avaliado em R\$16,5 milhões, de acordo com informações publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmadas pela CNN. O que se sabe até o momento sobre o caso: 1) Em outubro de 2021, a Receita Federal apreendeu, no aeroporto de Guarulhos (SP), jóias supostamente enviadas pela Arábia Saudita à então primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL). 2) O colar, anel, relógio e par de brincos de diamantes estavam na mochila de um assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Na ocasião, a comitiva brasileira retornava de missão no Oriente Médio. 3) Integrantes do governo Bolsonaro tentaram retirar os itens retidos pela receita. A gestão solicitou o envio das jóias como entrega diplomática para a embaixada da Arábia Saudita. 4) O ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que as joias iam para o acervo da presidência e negou ilegalidade. 5) Michelle Bolsonaro disse desconhecer o assunto em uma postagem na redes sociais. "Eu tenho tudo isso e não estava sabendo? Meu Deus, Vocês estão longe mesmo, hein? (*sic*), escreveu (MOLITERNO, 2023).

Importante esclarecer que a Receita Federal obriga que sejam declarados ao fisco qualquer bem que entre no país cujo valor seja superior a 1 mil dólares. Pela lei brasileira, os presentes recebidos pelo Chefe de Estado, desde não sejam itens de "natureza personalíssima" ou de "consumo imediato", pertencem à União. Segundo o Jornal O Popular (2023) "O TCU

não considera pedras preciosas como bens personalíssimos e ordenou que Bolsonaro devolva à presidência as joias e armas recebidas por ele durante o seu mandato.”

As polêmicas e escândalos citados neste trabalho são apenas alguns que aconteceram envolvendo os Bolsonaro, aqueles que ganharam maior notabilidade da imprensa. Seria de um trabalho descomunal citar, efetivamente, todos os escândalos envolvendo a família de Jair Bolsonaro. Um outro escândalo que merece destaque é o da propina dos pastores no Mec, assunto que será tratado com maior atenção no próximo capítulo desse trabalho.

3. A EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO

A educação é uma das áreas mais importantes de uma nação, pois ela possui uma capacidade ímpar de transformação social. É através da educação que se formam os cidadãos, pessoas conscientes de seus direitos e deveres. Através da educação, os seres humanos vão tendo a oportunidade de desenvolver suas habilidades e potencialidades. É também através da educação que o indivíduo vai sendo inserido na vida em sociedade, interagindo com o mundo, criando vínculos com o meio onde vive. Para além disso, na questão econômica, os indivíduos com maior escolaridade, em geral, têm maiores chances de conseguirem empregos melhores. Além dos benefícios individuais, a educação também garante benefícios coletivos para a sociedade. Segundo Freitas (2023),

Os países que detêm uma boa educação, respeito, zelam para o cumprimento das leis, condenam a corrupção, os privilégios e praticam a cidadania, como consequência, desenvolvem-se. A educação é fundamental para a transformação de uma nação, os países que não valorizam a ética, o trabalho e a educação em geral, apresentam economia frágil, os rendimentos são inferiores, refletindo em todo segmento, como habitação, saúde, qualidade e expectativa de vida. As nações que priorizam e valorizam a educação tem, com esse objetivo, maneiras concretas de ascensão profissional-econômica através do esforço em anos de estudo e trabalho. O contrário ocorre nos países que não valorizam a educação, a maioria visa uma mudança de vida sem dedicação e esforço, quer uma ascensão a partir de prêmios lotéricos, no ramo artístico e esportivo. Com base nas afirmações anteriores, conclui-se que o desenvolvimento é uma questão cultural, pois os países desenvolvidos se encontram nessa condição por causa da população que é instruída de conhecimento e que exerce a cidadania, em geral essas pessoas possuem bom poder aquisitivo e não se corrompem. Enquanto isso, nos países onde a educação é esquecida, desprezada e até mesmo maquiada, as pessoas a todo o momento tentam levar vantagem, são facilmente corrompidas entre outras atitudes questionáveis, que ocorridas coletivamente compromete o crescimento político-econômico-administrativo do país.

Nenhum país se desenvolve sem que haja um amplo investimento em educação e um profundo engajamento da sociedade no sentido de melhorar a qualidade educacional oferecida aos cidadãos desse país. Nesse sentido, Frigotto (2021) argumenta que

Educação de qualidade e investimento em ciência e tecnologia são duas das condições basilares para se construir uma nação autônoma e soberana e uma sociedade que não se caracterize pela alta concentração de riqueza e renda na mão de poucos e uma grande massa de pobres e miseráveis.

Joana Gusmão, em sua dissertação de mestrado, argumenta que no Brasil “nos últimos 20 anos tem-se firmado o consenso (tanto na opinião pública em geral como na comunidade

educacional com um todo) de que a qualidade da educação é um problema nacional que merece prioridade das políticas públicas” (GUSMÃO, 2010, p. 21).

Hubert (1996, p. 94), define educação como “um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem”. Além disso, o autor complementa que “essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade”.

Nesse sentido, pode-se dizer que educação e socialização se entrelaçam, ou seja, a educação ocorre em paralelo ao processo de socialização dos indivíduos. A legislação brasileira, principalmente após a redemocratização do país e a promulgação da Constituição cidadã de 1988, estabeleceu uma série de direitos sociais aos cidadãos, com especial interesse às questões educacionais. Vejamos alguns exemplos:

A Constituição de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos, assim como um dever do Estado e da família, e “será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho” (BRASIL, 1988).

A Lei 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) -, define que

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

A mesma LDB de 1996, em seu artigo 4º, estabelece que

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas

da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.[...] (BRASIL, 1996).

O artigo 21 da LDB divide a educação escolar em dois níveis: a educação básica, composta pela Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e a educação superior (BRASIL, 1996).

A Constituição cidadã estabeleceu que os entes federados deveriam garantir um investimento mínimo em educação, sendo esse mínimo de 18% para a União e 25% para Estados, Distrito Federal e Municípios, da receita resultante dos impostos, para garantir a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069/1990, por sua vez, estabelece em seus artigos 4º e 5º que

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Apesar de todos os avanços legislativos e de políticas públicas pelo qual o Brasil passou em relação à educação desde a redemocratização, é inegável que o país ainda carece de uma melhor qualidade educacional e de melhoria em seus indicadores. A legislação não pode ser letra morta, mas é necessário que os governos tenham políticas sociais, políticas de Estado, para efetivar os direitos consagrados na Constituição Federal. Nesse sentido, Abrucio (2021, p. 256-258) nos lembra que

A redemocratização do Brasil impulsionou uma série de mudanças no Estado brasileiro em prol da expansão das políticas sociais e de sua democratização. Tais

modificações foram inicialmente institucionalizadas na Constituição de 1988, sendo depois ampliadas e aperfeiçoadas por vários governos. Construiu-se um modelo de políticas públicas lastreado basicamente em quatro características: A primeira foi a busca da ampliação do acesso a direitos e serviços públicos de forma universal aos cidadãos [...] **Ainda há várias lacunas e problemas nas provisões das políticas e bastante desigualdade no país, mas houve avanços importantes em vários indicadores sociais num curto espaço de tempo** [...] Uma segunda característica foi a criação de canais de participação da sociedade em diversas etapas das políticas públicas, seja como forma de controle, seja no processo de deliberação. Conselhos de políticas públicas e Conferências com a participação de atores sociais, bem como mecanismos participativos constituídos por governos locais, tornaram-se uma marca do *Welfare* brasileiro. É importante destacar que a ampliação da porosidade do aparelho estatal permitiu que novos grupos sociais tivessem acesso às decisões estatais e, de forma muito relevante, que comunidades epistêmicas de diversos setores se fortalecessem, melhorando a qualidade do debate público. A combinação de uma inédita e ampla descentralização com o aumento da coordenação federativa constituiu uma terceira característica do modelo de políticas públicas construído desde 1988. Os municípios ganharam maior autonomia e mais atribuições, principalmente no campo das políticas sociais, enquanto os governos estaduais também têm grande importância em áreas como Educação, Saúde, Habitação e Saneamento, tendo um papel tanto de execução como de coordenação (SILVA, 2020). Para completar esse arranjo intergovernamental, a União assumiu um papel central como coordenador das políticas públicas no plano da Federação (ABRUCIO, 2005). Além de ter uma ação normativa e reguladora, o governo federal ampliou sua ação redistributiva e indutora a partir da nova Constituição, tendo sido fundamental para garantir a redução das desigualdades territoriais e a universalização dos serviços nas últimas décadas (ARRETCHE, 2012). O modelo de políticas públicas montado pela ordem democrática pós-1988 completa-se com um conjunto de mudanças presentes tanto na Constituição como nas legislações e reformas posteriores que buscaram profissionalizar e melhorar a gestão pública brasileira. Milhões de profissionais foram contratados por concurso público, especialmente os burocratas de nível de rua das principais políticas sociais, rompendo com uma tradição patrimonialista que era muito arraigada no nível local. Também se investiu muito em capacitação desses profissionais e na ampliação dos equipamentos sociais. Ademais, houve aperfeiçoamento gerencial em vários setores, com a introdução de indicadores, de formas de contratualização e monitoramento, e, sobretudo, de mecanismos de avaliação de políticas públicas. Esse novo modelo teve vários avanços, mas contém, em cada uma de suas quatro características, uma série de problemas. Isto é, ainda existem muitas fragilidades e muitos desafios em termos de combate à desigualdade, de democratização, de arranjo federativo e de gestão pública. De todo o modo, criou-se um paradigma que funcionou, com maior ou menor intensidade e articulação nas principais políticas públicas. O caso da educação corresponde bem a essa lógica, para a qual se acrescentam singularidades relacionadas à trajetória e à natureza de suas questões norteadoras (grifo nosso).

A redemocratização do país provocou mudanças importantes nos rumos da educação brasileira. Sobre as mudanças mais importantes, Abrucio (2021, p. 259-260) segue argumentando:

As transformações mais relevantes se deram no plano institucional e no desenho das políticas públicas educacionais. Aqui, destacam-se cinco pontos principais. O primeiro foi a orientação pela universalização do acesso, quando a Constituição de 1988 tornou a educação obrigatória dos 7 aos 14 anos. Cabe lembrar que o Censo de 1980 mostrava que cerca de 40% das crianças nessa idade estavam fora da escola (DRAIBE, 1994). [...] A Emenda nº 59, de 2009, ademais, tornou a Educação obrigatória dos 4 aos 17 anos, aumentando a importância do investimento na

educação infantil e para o ensino médio. É bem verdade que o percentual de jovens até 18 anos que completa atualmente o ensino médio é de 64%, longe da universalização, mas vale recordar que em 1990 esse contingente era de 18%. [...] O segundo ponto importante relaciona-se com a combinação entre descentralização e arranjo federativo. [...] Um terceiro ponto de avanço da Educação se deu no financiamento. A mudança na verdade começou com a aprovação da Lei Calmon, uma Emenda Constitucional aprovada no final do regime militar, que definiu patamares mínimos de gastos aos entes federativos, modelo que se manteve na Constituição de 1988. Ainda havia, porém, um grande problema de desigualdade de recursos e falta de incentivos para os municípios ampliarem suas redes de ensino, o que atrasava o processo de descentralização. O que mudou esse quadro foi a criação de um novo marco legal de financiamento, a partir da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e, posteriormente, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb), cujos recursos ampliaram a oferta de ensino em todas as etapas. Mais duas mudanças completam esse quadro de transformações educacionais. A primeira foi a criação de mecanismos de avaliação da qualidade da educação brasileira. O principal foi o índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb), que permitiu ter um termômetro mais preciso da situação e se transformou num importante instrumento de responsabilização (*accountability*) das redes de ensino e das escolas. A última mudança importante vincula-se a questões pedagógicas, sendo a mais recente delas a criação, em dezembro de 2017, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), após um debate que perpassou vários governos. Ainda existem diversos problemas e lacunas nas políticas educacionais, porém, conseguiu-se, num espaço de cerca de trinta anos, fazer mais transformações no ensino do que em todo o restante da história do país: (1) construiu-se uma agenda; (2) um modelo institucional; e (3) um conjunto de atores que compartilhavam, mesmo com discordâncias, uma visão de mundo tal qual uma comunidade epistêmica (HAAS, 1992), fatores que geraram, em maior ou menor medida, uma base para organizar a Educação brasileira. **O governo Bolsonaro irá dinamitar cada um desses aspectos, realizando uma desconstrução impressionante para um período de apenas dois anos** (Grifo nosso).

Nas duas primeiras décadas dos anos 2000, principalmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores – PT, o Brasil teve avanços na educação, como a criação do Fundeb, o piso nacional dos professores, o Prouni, a expansão das universidades públicas, etc. Sobre os avanços na educação durante os governos do partido dos trabalhadores, Avritzer, Kerche e Marona (2021, p. 259) ressaltam que houve políticas públicas para ampliar o acesso à universidade, especialmente para os mais pobres, iniciativas como “o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e, em especial, as políticas afirmativas vinculadas às cotas sociais e raciais foram importantes para mudar o caráter elitista da Educação brasileira”.

Apesar disso, durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, também do PT, houve cortes importantes no orçamento da educação, cortes, esses, que foram continuados no governo Temer e aprofundados no governo Bolsonaro. De acordo com Cafordo (2022), o Governo Bolsonaro foi o que mais cortou recursos em ciência e educação. Antes de Bolsonaro, o governo de Michel Temer também havia feito cortes que, inclusive, ameaçaram

suspender as atividades das universidades públicas do país. Mas ninguém cortou mais recursos da educação do que Bolsonaro. É o que esclarece Cafardo (2022):

Além do baixo investimento, o governo Jair Bolsonaro (PL) também foi o que mais fez cortes nos ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT) desde 1999, ano mais recente em que há dados no sistema federal. Os bloqueios ou contingenciamentos são feitos por meio de decreto presidencial e cancelam parte dos recursos previstos pelo orçamento anual. Nos últimos quatro anos, o MEC teve 20% de suas verbas cortadas e o MCT, 44%. Os dados foram tabulados pelo Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), um núcleo de pesquisa ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Antes, o maior índice havia sido no segundo governo de Dilma Rousseff (PT) em que os cortes chegaram a 15% no MEC. No MCT, o recorde era na gestão de Michel Temer (MDB), com 29%. Na Educação, só o valor bloqueado de 2022 ultrapassa R\$ 40 bilhões, quase o dobro dos R\$ 24 bilhões cancelados nos últimos três anos. Nos quatro anos de Bolsonaro, o orçamento total do MEC foi de cerca de R\$ 566 bilhões e cerca de R\$ 113 bilhões foram cortados. Já no segundo governo Lula, por exemplo, foram R\$ 359 bilhões e R\$ 21 bilhões, respectivamente. Outro estudo do mesmo núcleo já havia mostrado que recursos reservados para investimentos em educação e ciência foram os mais baixos no Brasil desde os anos 2000. Os investimentos são recursos destinados para reformas em universidades e escolas, obras em laboratórios, compra de equipamentos, livros e para novas políticas públicas. O restante vai para despesas obrigatórias, como salários. O MEC tinha este ano cerca de R\$ 3 bilhões para investimentos, muito aquém de números entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões entre 2009 a 2015 (em valores corrigidos pela inflação). Segundo a nova pesquisa, entre as áreas mais afetadas por bloqueios está a Capes, que nesta semana foi impossibilitada de pagar mais de 200 mil bolsas justamente por um decreto presidencial.

A educação foi uma das áreas mais atingidas pelo Governo Bolsonaro, seja pelo viés ideológico, seja pelo orçamentário.

Segundo Abrucio (2021, p. 255)

O bolsonarismo pode ser caracterizado, em sua forma mais sucinta, como um ideário cujo maior inimigo é a ordem política montada desde a redemocratização. O presidente Bolsonaro não é só um admirador da ditadura. Seu governo orienta-se, principalmente pela busca da destruição do modelo político e social inaugurado pela Constituição de 1988. A política educacional é um exemplo paradigmático dessa lógica bolsonarista. Sua proposta para a Educação tem como objetivo destruir a agenda, o modelo institucional e a comunidade epistêmica construídos nas últimas décadas.

Na área educacional, o governo Bolsonaro foi marcado por cortes orçamentários, escândalos de corrupção e troca de ministros. O descaso atingiu desde a educação básica até o ensino superior.

Desde antes da posse, Bolsonaro já dava sinais de como geriria a educação no país. O programa de governo de Jair Bolsonaro dava grande ênfase para a segurança. Os outros dois setores que tiveram destaque foi o da saúde e o da educação. Porém, o que chama atenção é o

que o programa de governo de Bolsonaro propunha nessas áreas. Abrucio (2021, p. 262) destaca que

O ideário Bolsonarista fica muito claro quando se lê seu programa de governo – chamado “Brasil acima de tudo, Deus acima de Todos” –, e a parte dedicada à área educacional é um bom exemplo disso. O programa de Bolsonaro elencou três setores como prioritários: Segurança (que ocupou a maior parte das páginas), Saúde e Educação. Em todas elas, propõe-se um modelo institucional geral com três características: reduzir o papel do governo na economia e na vida das pessoas, diminuir a corrupção para moralizar a gestão e torná-la mais eficiente e, com grande destaque, a adoção do lema “Mais Brasil, menos Brasília” – isso significava o repasse da responsabilidade das principais políticas públicas aos estados e municípios. O diagnóstico apresentado se contrapunha claramente às interpretações hegemônicas sobre o funcionamento e os resultados das políticas públicas brasileiras. Com isso, escolheu-se um inimigo que ia além da esquerda e do petismo. O bolsonarismo estava se colocando contra pesquisadores, especialistas, técnicos governamentais e comunidades epistêmicas ligadas a esse setores.

De fato, o que se viu nos quatro anos de mandato de Bolsonaro (2019-2022) foi um descaso do governo federal em relação à educação, principalmente durante a pandemia de COVID-19. Os estados e municípios tiveram um papel fundamental para mitigar os impactos da pandemia na vida de suas respectivas populações, o que incluiu também a educação. Porém, as desigualdades regionais e sociais dentro de uma mesma região também impactaram (e ainda impactam) a vida das pessoas. O governo federal foi omissivo em atender as demandas da população. Quando se propunha, por exemplo, o pagamento de um auxílio emergencial, Bolsonaro foi contra. Em seguida, quando surgiram enormes pressões por parte da sociedade e de congressistas, o então presidente propôs um auxílio de apenas R\$200,00. O auxílio de R\$600,00 foi aprovado pelo Congresso Nacional a contragosto do presidente da República¹.

A educação está diretamente ligada a questões de cunho social. Se a área social de um país está em colapso, a educação também tenderá a caminhar mal. Por isso, o sucesso dos programas sociais está relacionado ao acompanhamento escolar dos alunos. Nesse sentido, um dos critérios para que as famílias pobres tenham direito ao Bolsa Família, que durante o Governo Bolsonaro passou a se chamar Auxílio Brasil, é que os responsáveis mantenham seus filhos menores de idade frequentando à escola. O Governo Bolsonaro não manteve a fiscalização da frequência dos alunos de famílias participantes do programa social após a retomada das aulas presenciais. É o que noticiava o portal G1 em 28 de março de 2022:

¹ Durante o ano eleitoral de 2022, Bolsonaro criou uma série de benefícios provisórios a fim de angariar votos para sua reeleição, inclusive afirmando ter “dado” os R\$600,00 de Auxílio Emergencial. Para burlar a legislação, que veda a criação de benefícios sociais em ano eleitoral, o então presidente conseguiu aprovar no parlamento um “Estado de Emergência Nacional”, com o propósito de blindá-lo de possíveis sanções da Lei Eleitoral. Apesar de todos os esforços e de utilizar a máquina pública em benefício próprio, Bolsonaro acabou derrotado no pleito.

O governo federal não está verificando a frequência escolar de crianças cujas famílias recebem o benefício Auxílio Brasil, embora este seja um requisito do programa. Segundo especialistas, a retomada deste monitoramento é essencial para estimular a volta dos estudantes para as salas de aula após as interrupções causadas pela pandemia. A assiduidade dos estudantes é um dos critérios para o pagamento do benefício, mas a verificação pelo sistema Presença, do Ministério da Educação (MEC), não está sendo feita desde 2020, quando os alunos foram afastados da sala de aula por conta da Covid-19. A falta de controle foi destacada pelo Banco Mundial em um relatório publicado em fevereiro deste ano, após a retomada das aulas presenciais na maioria dos estados. O banco é um dos financiadores do Auxílio Brasil, e divulga relatórios periódicos que avaliam o sucesso do programa em diversos aspectos. [...] A frequência escolar mínima exigida para o pagamento do Auxílio Brasil é de 60% para crianças de 4 e 5 anos e 75% para estudantes de 6 a 21 anos. Segundo o economista Ricardo Henriques, que coordenou o desenho e a implantação inicial do Bolsa Família no Ministério de Desenvolvimento Social, esse tipo de controle em programas assistenciais é essencial para evitar a perpetuação da pobreza. “Se as crianças não forem para a escola, o ciclo vicioso de perpetuação da pobreza vai se manter. Em regra, se você flexibiliza essa condição é porque você está mais preocupado com o alívio imediato da pobreza do que com a mobilidade social”, explicou Henriques. “Uma simples transferência de renda é insuficiente diante da pretensão de fazer uma transformação da sociedade”, completou o economista. Para pesquisadores, o acompanhamento da frequência, com dados precisos e confiáveis, é ainda mais urgente neste momento para tentar reverter os recentes retrocessos na educação. Dados da pesquisa Retorno para Escola, Jornada e Pandemia, publicada pela FGV Social em janeiro deste ano, mostram que o tempo total de estudo dos alunos pertencentes ao Bolsa Família caiu à metade entre 2006 e 2020. A média semanal foi de 4 horas e 1 minuto para 2 horas e 1 minuto por semana em 2020, entre os estudantes de 6 a 15 anos. (G1, 2022b).

Antes, durante e depois da pandemia, o governo Bolsonaro foi marcado por uma total falta de projeto propositivo para o desenvolvimento efetivo da educação nacional. Sua atuação foi fortemente marcada pela pauta ideológica e pela tentativa de “expurgar” o legado de Paulo Freire da educação brasileira. Uma das premissas do governo Bolsonaro era de que o Brasil gastava muito e gastava mal o dinheiro em educação. A solução para esse problema, na visão do governo Bolsonaro, estaria não em uma agenda técnica, mas em uma agenda moral.

Nesse sentido, Abrucio (2021, p. 262-263) argumenta que

As características gerais do modelo bolsonarista de políticas públicas aparecem nitidamente na discussão educacional. Primeiro, o documento, a partir de dados mostrados de forma imprecisa, afirma que se gasta muito e mal em Educação, embora o Brasil tenha uma despesa *per capita* com os alunos da educação básica bem menor do que a dispensada pelas nações desenvolvidas (OCDE, 2019). A partir desse diagnóstico, o programa de governo diz que seria possível fazer mais com menos, mas propõe tal mudança a partir basicamente de uma agenda moral, e não de uma agenda técnica. Por essa linha, propõe que a melhoria da gestão educacional passaria principalmente por menor “doutrinação”, ou seja, mediante uma grande mudança nos métodos de ensino vigentes, incluindo aí o “expurgo” de Paulo Freire, da “sexualização precoce” (também chamada “ideologia de gênero”), da aprovação automática e até mesmo alterando-se a BNCC, norma curricular aprovada após a discussão de vários governos de partidos diferentes. Numa combinação de agenda moral com uma certa visão de liberalismo econômico, propõe-se uma menor participação do governo na vida dos cidadãos, o que emerge das propostas de *homeschooling* (educação domiciliar) e do aumento da educação a distância, abrindo espaço para a maior atuação do setor privado. No fundo, o predomínio da visão

moralista na proposta de Bolsonaro o afastava enormemente das principais questões discutidas por atores e especialistas da área nos últimos trinta anos. Isso poderia levar a suposição de que haveria uma revolução na política educacional, no entanto, o que se viu em dois anos foi mais um MEC sem rumo, com muito discurso e pouca ação.

Abrucio (2021, p. 263) busca analisar os primeiros dois anos do governo Bolsonaro, argumentando que

[...] o chefe do executivo não só abandonou a lógica da coalizão e da negociação com os políticos e a sociedade – algo que significaria a “velha política” para os bolsonaristas –, mas também segue a linha dos populistas de extrema direita do mundo: faz a política das políticas públicas de forma schmittiana (SCHMITT, 1992), selecionando grupos sociais, líderes políticos e ideias inimigas, para então construir estratégias de mobilização e ataque permanentes para destruí-los. Diálogo só existe com os aliados, ou melhor, seguidores.

Apesar de não adotar um “típico presidencialismo de coalizão” na primeira metade do mandato, o que gerou um maior protagonismo do poder legislativo em relação à presidência da república, na segunda metade do seu governo, Bolsonaro buscou uma maior aproximação com o Centrão, mais especificamente após a eleição de Arthur Lira para presidente da Câmara dos Deputados. Segundo Amador (2023),

pode-se dizer que Bolsonaro compôs uma espécie de coalizão minoritária com os partidos PP, PL e Republicanos (FIGUEIREDO e GUARNIERI, 2022; ABRANCHES, 2021). Logo, se era minoritária, era necessário que o presidente, para aprovar sua agenda, contasse com os votos de outros partidos, fora de sua base mais direta - e aí, aparece a figura do Centrão, isto é, um conjunto de partidos de caráter mais fisiológico que compõe a maior parte do Congresso e que, em tese, está mais interessada no recebimento de cargos e recursos. Outro estudo do OLB, inclusive, apresenta um debate interessante a respeito disso (LUZ, BITTENCOURT, CANELLO e FERES Jr., 2022). Os autores demonstram, a partir de dados de produção legislativa, que o Centrão sempre votou de acordo com a orientação do governo, mesmo quando Bolsonaro não tinha base alguma. A mudança com relação a metade do mandato do presidente não foi necessariamente de coesão - isto é, mais deputados passaram a votar com o governo - e sim de produção, isto é, o Centrão passou a ser mais ativo na proposição de leis. Fator perfeitamente condizente com o que está sendo proposto aqui: a antipolítica de Bolsonaro foi preenchida pela política dos líderes do Congresso de então - e esta inversão é sua maior herança institucional à Lula.

Conforme a citação anterior, percebe-se que apesar de se dizer contra o “presidencialismo de coalizão”, contra os “conchavos”, contra o “toma lá, dá cá”, contra a “velha política”, etc., Bolsonaro precisou se aliar ao Centrão a fim de obter ao menos uma mínima governabilidade. E assim foi feito até o final do seu mandato, em 2022.

Ao analisar o governo Bolsonaro, Roberto Leher, ex-reitor da UFRJ, e Maria Rosimary Soares dos Santos, fazem a seguinte reflexão:

Como todo governo de inspiração fascista, seu mandato presidencial celebra a destruição. Vale lembrar o pronunciamento de Bolsonaro em 17 de março de 2019, em Washington: “Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa”. [...] As medidas educacionais, no triênio considerado (2019-2021), são coerentes com tal objetivo: estão associadas à devastação da vida e da humanização das novas gerações. [...] A lógica da destruição não é uma figura de libguagem, alcançando a vida: é um projeto e uma prática recorrentes. A condensação de violências que caracteriza seu governo pode ser sumarizada no genocídio provocado pelo sistemático boicote do governo federal às medidas em prol da saúde pública no contexto da pandemia. Este, por sua vez, pode ser sintetizado pela celebração da propagação do vírus objetivando a dita imunidade de rebanho: defesa do kit de medicamentos falsamente preventivos (tratamento precoce) para a covid-19 (cloroquina, hidroxicloroquina e afins); negligência ativa para evitar o colapso sanitário do Amazonas, convertido em laboratório humano da suposta imunidade coletiva; atraso deliberado da compra de vacinas como evidenciado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia realizada pelo Senado; extorções negacionistas sobre o perigo da vacinação; desqualificação de uso de máscaras faciais; veiculação sistemática pelo “gabinete do ódio” da Presidência da República de *Fake News* sobre a pandemia; atuação sistemática contra o distanciamento social e sabotagem até mesmo do monitoramento dos indicadores da pandemia, tanto pela ausência de testagem em massa como por inexistência de contabilização de casos pelo Ministério da Saúde, medidas que, no conjunto, afetaram sobretudo os povos indígenas, os negros e os pobres de todo o país (BRASIL, 2021). [...] Toda a agenda governamental celebra a morte: liberação da venda de armas e munições, desregulamentação do uso de agrotóxicos nocivos à vida, e assim por diante. [...] A perspectiva de que somente merecem viver as pessoas mais fortes, presentes nas decisões sobre a pandemia, está em harmonia com a defesa de que é irracional promover políticas em defesa da humanidade dos segmentos mais pobres, visto que o mercado “sabe premiar” os que mostram os seus dentes no mercado. Os operadores econômicos do governo Bolsonaro não perdem a oportunidade de manifestar indignação com fatos como empregadas domésticas indo para a *Disneylândia* ou filhos de porteiros alcançando o Ensino Superior (LEHER; SANTOS, 2023, p. 16-19).

Ao analisar os dois primeiros anos do governo Bolsonaro na área da educação, Abrucio (2021, p. 267-269) procura fazer um balanço sobre os resultados do MEC nesse período, como segue:

Qual o balanço que poderia ser feito dos resultados do MEC nos últimos dois anos? Não seria recomendável mensurar a efetividade (*outcomes*) em termos de indicadores educacionais, como o Ideb, pois a série temporal é muito curta e é difícil de dizer, no momento, qual o impacto do Governo Bolsonaro tanto no aprendizado quanto no desempenho educacional. Mais correto é analisar o plano da eficácia (*outputs*) e suas consequências institucionais. Nesse sentido, o que chama atenção é o enorme número de programas propostos e posteriormente não levados a diante, seja porque não conseguiram se viabilizar técnica e politicamente dentro do Executivo federal, seja porque foram barrados pelo Congresso Nacional e pelo STF. Entre esses fracassos, destacam-se: o Future-se, destinado a mudar a gestão das universidades; a mudança no modelo de seleção de reitores; as propostas de *homeschooling* e da Escola sem Partido; a votação do Fundeb, quando houve um aumento do gasto da União e não foram aceitas as medidas propostas pelo governo federal; e, mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), derrubada por meio de liminar do Supremo. Mesmo os dois programas mais importantes que conseguiram se viabilizar, o das escolas cívico-militares e a nova Política Nacional de Alfabetização (PNA), tiveram uma baixa adesão das redes estaduais e municipais. A baixa eficácia do MEC fica ainda mais clara quando se observa o uso do orçamento: o ano de 2020 caracterizou-se por uma baixa execução orçamentária, sobretudo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é a principal

fonte federal para financiar os governos subnacionais (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020), além de o MEC ter permitido, em novembro de 2020, o remanejamento de 1,4 bilhão de reais da Educação para outras áreas governamentais. A ineficácia do MEC ficou ainda mais patente durante a pandemia. O ministério não conseguiu coordenar as redes de ensino para lidar com a covid-19, seja no momento de fechamento das escolas, seja no retorno às aulas. Trata-se do evento mais emblemático de como a política educacional efetivamente tem sido tratada pelo governo Bolsonaro. Em entrevista ao Jornal O Estado de S. Paulo, o então ministro Milton Ribeiro, questionado sobre o que o governo federal deveria fazer para ajudar as escolas, disse que era um problema dos estados e municípios (SOARES, 2020). Ao lavar as mãos para o imenso problema do país, o MEC seguiu aqui o lema já anunciado na campanha de Bolsonaro, “Mais Brasil, menos Brasília”, cuja consequência é aumentar a desigualdade territorial no Brasil. [...] Por fim, o que se pode dizer da Educação sob Bolsonaro é que seu governo, por ora, procurou basicamente destruir a agenda, as instituições e a comunidade epistêmica que deu guarida a essa política desde 1988, seguindo a lógica política da destruição que motiva o atual presidente. É bem verdade que houve resistências e várias coisas foram mantidas. Mais do que isso: o bolsonarismo tem sido derrotado na maioria das propostas. Não obstante, a descontinuidade, a inação, a redução de gastos federais e a falta de diálogo com todos os autores envolvidos no sistema educacional vão ter um custo muito alto. É por isso que o MEC, após esse dilúvio, terá de ser completamente reconstruído.

Ainda no que tange à educação, em 2022, a ONG Todos pela Educação fez uma retrospectiva sobre as ações do Governo Bolsonaro na área educacional. Em artigo intitulado “Quatro anos de descasos com a educação”, publicado no portal da entidade, em 25 de outubro de 2022, a ONG fez uma análise da política educacional dos quatro anos do governo Bolsonaro, conforme segue:

Assim como um desvio de alguns graus altera completamente a rota de um navio, quatro anos perdidos na Educação levam a graves retrocessos nas trajetórias escolares e no desenvolvimento do país. A pouco menos de cem dias do final deste mandato do Governo Bolsonaro, ainda que os desafios da Educação brasileira não sejam exclusividade dessa gestão, em retrospectiva, o conjunto de equívocos e retrocessos do governo atual desviou a Educação Básica do avanço – ainda que lento, mas consistente – que foi conquistado pelas políticas educacionais e resultados da área. São quase quatro anos de gestão federal não priorizando e, em alguns casos, prejudicando a Educação brasileira. É o que mostra uma análise do Todos Pela Educação sobre os principais marcos ao longo do mandato, em que a omissão, ações fora da realidade ou a paralisia são a tônica. O período revela uma coleção de escolhas erradas na direção do Ministério da Educação (MEC), além de uma dança das cadeiras – cinco nomeados em três anos e meio –; falta de planejamento para a área e de apoio aos estados pré, durante e após a pandemia e muita energia concentrada em pautas de costumes e desconectadas das reais necessidades, incapazes de mudar o ponteiro da aprendizagem das crianças e dos jovens em larga escala ou fazer avançar as demandas estruturais da área. “Compreendemos que o governo Bolsonaro sabotou a Educação quando olhamos o conjunto de ações – ou a falta delas – da gestão Bolsonaro para a Educação Básica, além de não propor nada substancial para impulsionar o ritmo de avanço que vínhamos mantendo ou, ao menos, mitigar os danos e desigualdades trazidos pela pandemia. Nesses últimos anos, foi o protagonismo do Congresso Nacional e dos estados e municípios que impediram uma tragédia maior”, avalia Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

A mesma matéria do Portal Todos pela Educação lembrou dos fatos mais marcantes da gestão Bolsonaro na área da educação, dentre eles a primeira crise da pasta, ocorrida em fevereiro de 2019, durante a gestão do ministro Ricardo Vélez Rodríguez:

Vélez provocou a primeira grande crise do ministério ao propor que os diretores das escolas apresentassem aos alunos uma carta com o *slogan* de Bolsonaro e filmassem os estudantes durante a execução do Hino Nacional. A ação foi sem precedentes na história da pasta e demonstrou o que viria ser frequente no MEC: falta de foco em ações realmente relevantes para a área. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Outros fatos marcantes, ocorridos ainda em março de 2019, foram a suspensão da avaliação de alfabetização dos alunos por dois anos e as disputas ideológicas no MEC.

Vélez suspendeu a avaliação da alfabetização dos estudantes por dois anos, sob a justificativa de dar às redes de todo o país tempo para se adaptarem à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). À época, Carlos Nadalim foi nomeado secretário de Alfabetização do MEC e foi alvo de críticas por não ter experiência com gestão pública, estar alinhado ao filósofo Olavo de Carvalho e ser entusiasta do *homeschooling*. Com um crescente desgaste público do ex-ministro Vélez após o envio da carta às escolas e por disputas entre os chamados “olavistas” (grupo de servidores alinhados às ideias do filósofo) e militares, uma série de exonerações atingindo os dois lados (Ricardo Wagner Roquetti, Silvio Grimaldo e Tiago Tondinelli) ocorreram no alto escalão do MEC. Esse foi o prenúncio de disputas ideológicas e uma dança das cadeiras que marcaria a pasta ao longo dos anos, uma cortina de fumaça que desviaria a alta gestão educacional do que deveria ser seu verdadeiro foco: coordenar avanços emergenciais e estruturais no Ensino Público (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

O mês de abril de 2019 foi marcante para a história recente da educação brasileira. Naquele mês ocorreram a primeira crise do INEP, a troca do ministro Ricardo Vélez Rodrigues por Abraham Weintraub e o primeiro congelamento de verbas da educação:

Sem gráfica para a impressão das provas e tampouco coordenador, o Enem 2019 se viu ameaçado logo nos primeiros meses da gestão Bolsonaro. Vélez exonerou o presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, após a polêmica envolvendo o fim da avaliação da Alfabetização. Paulo César Teixeira, diretor de Avaliação da Educação Básica (diretoria responsável pela realização do Enem), pediu demissão no dia seguinte. Outros acontecimentos marcaram o exame: uma nova fábrica foi contratada com dispensa de licitação. Uma foto da prova de redação vazou na internet durante a aplicação do exame. A Justiça chegou a suspender a divulgação do Sisu. [...] Também apoiador das ideias do filósofo Olavo de Carvalho, Weintraub teve uma gestão caótica, marcada por pouco avanço nas demandas urgentes da Educação e pela intensa perseguição ideológica às universidades federais e bravatas nas redes sociais. Terminou o mandato com uma participação em ato contra o STF, o que lhe custou o pedido de prisão temporária ou preventiva protocolado pelo então senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). No fim de abril, o MEC anunciou o congelamento de R\$ 1,7 bi dos gastos das universidades, de um total de R\$ 49,6 bi. 4,5 mil bolsas de iniciação científica, mestrado ou doutorado foram suspensas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Em julho de 2019, o Ministério da Educação divulgou um plano para a criação das chamadas escolas cívico-militares, conforme explicitado a seguir:

O MEC apresenta um plano para a implantação de 108 escolas cívico-militares até 2023 — com militares da reserva como tutores das novas unidades. O tema já havia aparecido nas promessas de campanha do então candidato Jair Bolsonaro. Diferentes especialistas criticaram e criticam a dedicação de esforços e recursos para um modelo pedagógico equivocado e excludente, em vez de haver prioridade para o Ensino em Tempo Integral, que beneficiaria a uma população muito mais ampla de estudantes da Educação Básica Pública (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Em agosto de 2019, o governo apresentou o caderno da Política Nacional de Alfabetização, documento que foi considerado como “um marco teórico insuficiente para fundamentar uma política pública efetiva” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Em setembro de 2019, o governo retirou o apoio ao Novo Fundeb Permanente, além de realizar a retomada do projeto Escola sem Partido, conforme consta do Portal Todos pela educação:

Sob a justificativa que aumentar a complementação da União ao Novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), o principal mecanismo de financiamento da Educação Básica, de 10% para 40% seria inviável fiscalmente, o MEC retira apoio de proposta que prevê Fundeb permanente. Em um contexto de corrida contra o relógio para aprovar a PEC até dezembro de 2020, data de vigência do antigo Fundeb, esse foi o primeiro dos episódios em que o governo se mostrou reticente à principal pauta educacional dos anos 2019 e 2020. Poucas semanas depois de o presidente Jair Bolsonaro determinar ao MEC a criação de um projeto de lei para proibir a abordagem de questões de gênero nas escolas de Ensino Fundamental, Weintraub entregou um ofício para as redes de ensino que retomava as diretrizes do movimento Escola sem Partido. Em dezembro, o presidente da República afirmou que o projeto estava em operação. Mais tarde, em 2020, o STF apontou a inconstitucionalidade de uma lei estadual de Alagoas semelhante a esse projeto, batizada de “Escola Livre”, que visava proibir a “prática de doutrinação política e ideológica” em sala de aula (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

O ano de 2020 foi delicado para a educação, principalmente devido à pandemia de COVID-19. Devido à crise sanitária, o Enem de 2020 precisou ser adiado.

A Covid-19 desembarcou no Brasil em março de 2020. Era o início de uma crise sanitária sem precedentes que afetaria a Educação de maneira profunda. Sem uma boa gestão preventiva do governo federal, as escolas tiveram que fechar suas portas para mitigar a propagação do vírus. Com inépcia tanto na gestão federal como educacional, o Brasil viria a ser o quarto país do mundo que mais tempo manteve as crianças longe das aulas presenciais, segundo a OCDE, o triplo de tempo na comparação com países mais ricos. Na emergência, as redes de ensino tiveram de recorrer à infraestrutura tecnológica sem apoio do MEC, que deixou até mesmo de garantir conectividade para alunos e plataformas educacionais. A omissão foi flagrante também na coordenação e articulação de orientações que viriam de outros atores, como organizações do terceiro setor. Devido ao longo período de fechamento das escolas, o MEC adia o Enem 2020 para o ano seguinte, mas sem nenhuma indicação de adaptação dos calendários universitários ou proposta de recomposição da carga horária dos estudantes demonstrando, mais uma vez, inépcia na coordenação da Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Julho de 2020 foi mais um mês marcante na gestão do MEC do Governo Bolsonaro. Carlos Decotelli foi escolhido como novo ministro da educação, mas não chegou a assumir; o Governo Bolsonaro propôs alterações no Fundeb e Milton Ribeiro assumiu como terceiro ministro da Educação em menos de dois anos de governo, levando em consideração que Decotelli foi nomeado, mas não chegou a assumir o cargo.

A menos de seis meses do término da vigência do antigo Fundeb, o MEC propôs alterar pontos centrais do texto da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que renovaria o fundo. Em conversas com parlamentares, a pasta sugeriu que o novo mecanismo de financiamento – aprimorado e mais robusto – viesse a vigorar apenas em 2022 e não 2021, como previa a proposta do Congresso, e que a complementação adicional da União fosse repartida com um programa de transferência de renda. O episódio mostrou, mais uma vez, o descompasso do governo com as necessidades da área, especialmente em um contexto de pandemia em que a aprovação célere do fundo era prioritário para a recuperação do ensino. Sem experiência em políticas públicas, Ribeiro chegou ao MEC em um dos mais preocupantes cenários da pandemia, com o fechamento prolongado das escolas. A expectativa por ações efetivas, portanto, eram grandes. Mas, novamente, a pauta de costumes recebeu destaque e sua gestão foi marcada por omissão na coordenação da Educação frente à pandemia (TODOS PELA EDUCAÇÃO).

Em agosto de 2020, finalmente o Novo Fundeb foi aprovado:

Em agosto de 2020, vivemos um momento histórico para a Educação brasileira: a aprovação no Congresso do Novo Fundeb. O Novo Fundeb marcou a constitucionalização de uma política muito bem elaborada, debatida democraticamente ao longo de anos, com foco na redução de desigualdades e com novos incentivos ao avanço dos indicadores de qualidade educacional. O Todos Pela Educação, mais uma vez ao lado de outras organizações, participou ativamente da formulação, a despeito de um MEC inoperante que se ausentou da política pública de educação mais importante dos últimos anos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Ainda em agosto de 2020, o MEC divulgou “tardamente, um guia com orientações para a possível volta às aulas presenciais. Especialistas avaliam que o apoio às redes continuava tímido, o que ficou ainda mais evidente pela baixa execução orçamentária da pasta naquele ano” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Entre outubro e dezembro de 2020, houve mais retrocessos na educação brasileira, dessa vez relacionada à educação inclusiva:

OUT – DEZ / Retrocesso na Educação Inclusiva. Entra em vigor o decreto que estabelece a Política Nacional de Educação para Alunos com Deficiência, analisada por especialistas como um dos maiores retrocessos na área de inclusão das últimas décadas. O dispositivo, que incentiva a criação de escolas especializadas para atender pessoas com deficiência, seria suspenso em dezembro daquele mesmo ano após ação alegando inconstitucionalidade. A política vai de encontro às conquistas históricas que propõem a inclusão de pessoas com deficiência em classe regulares

com apoio da gestão pública para garantir condições materiais e pedagógicas para a aprendizagem de todos. Conforme defende o Todos Pela Educação, Educação de qualidade só é possível se for para todos e inclusiva (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Em 2021, mais uma vez ocorreu um flagrante desleixo por parte do MEC em relação à educação em meio à crise de COVID-19. Nesse ano, os temas mais discutidos na área da educacional foram a pandemia, o Enem 2020, a prioridade do *homeschooling*, a defesa por parte do MEC do retorno às aulas presenciais, a retomada do ensino cívico-militar, o Enem 2021 e uma nova crise no Inep, como divulgados pelo Portal Todos pela Educação:

JAN / Continua a negligência do MEC à Covid. Começam a sair os primeiros dados de impacto da pandemia na vida dos estudantes do Brasil e de outros países. O MEC não promoveu qualquer mapeamento de impacto da crise, ignorando a erosão do ensino no Brasil indicada pela Unicef, Todos Pela Educação, Banco Mundial e OCDE, entre outras organizações. JAN / Enem 2020. Com a menor participação da década, o Enem 2020 foi também o Enem com o menor índice de estudantes que se declararam vulneráveis. O então ministro Ribeiro atribuiu a queda aos professores. “O MEC não refutou esforços para o retorno às aulas presenciais, mas os professores eram contra”, alegou. À época, especialistas e o Todos Pela Educação levantaram uma série de preocupações sobre o plano para aplicação do exame e de segurança sanitária. MAR / Prioridade ao *homeschooling*. O governo federal elenca o Ensino Domiciliar como única prioridade do MEC, em carta com 35 propostas para o Congresso Nacional. Diante de graves impactos trazidos pelo fechamento das escolas, a única pauta educacional para o ano de 2021 foi a promoção de uma modalidade que, além de pedagogicamente equivocada, atinge apenas 0,04% dos alunos, deixando de lado o apoio às redes no período de ensino remoto, e temas estruturais como a regulamentação do Fundeb e o Sistema Nacional de Educação. JUL / MEC defende retorno das aulas presenciais. Apesar de o retorno às escolas ser essencial, à época, em novo sinal de agravamento da pandemia e, assim, distanciamento das redes estaduais e municipais, o MEC defendeu a volta às aulas, mas sem o devido suporte para a adequação das redes às necessidades sanitárias, como ventilação dos espaços — naquele dia, o país registrou 1.425 mortes por Covid-19. Mais um episódio de descoordenação entre a pasta e as instâncias subnacionais. NOV / Retomada do Ensino cívico-militar. Ribeiro anuncia a inauguração de 216 escolas cívico-militares em todo o país até 2022. Novamente, uma proposição descalibrada em relação às reais necessidades da Educação Básica Pública, que vivia a reabertura gradual das escolas e estava às voltas com o aprofundamento das desigualdades. NOV / Enem 2021 e mais crise no Inep. A edição do exame, no fim do ano passado, ocorreu em meio a demissões no Inep e de rumores de trocas de questões dos exames — interferência ideológica negada pelo então ministro da Educação Milton Ribeiro e que chamou a atenção do MPF, que identificou um “tribunal ideológico” por parte do governo. O presidente da autarquia naquele período, indicado por Ribeiro, era Danilo Dupas Ribeiro (quinto a assumir o posto desde 2019). Dupas foi acusado por servidores de promover um desmonte no órgão, com decisões sem critérios técnicos, e também de assédio moral. Ele deixou a presidência do Inep apenas em julho deste ano, depois do escândalo de corrupção no MEC. Falhas técnicas para o acesso às notas do Enem 2021 seriam denunciadas por estudantes em fevereiro do ano seguinte (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

O último ano da gestão Bolsonaro, 2022, foi marcado por mais problemas no Ministério da Educação. O Todos pela Educação destacou a corrupção, uma nova troca de

ministro da educação, uma nova ameaça aos recursos do fundeb, a inoperância do MEC na recuperação da educação e promessa de alfabetização em apenas seis meses, conforme segue no texto do portal da ONG:

MAR / Corrupção – “Gabinete paralelo”. Uma reportagem do jornal O Estado de S.Paulo revelou um chamado “gabinete paralelo” do MEC, mostrando que religiosos ligados a Ribeiro e sem qualquer vínculo com a administração pública atuaram como lobistas na distribuição de verbas federais do FNDE para municípios. À Comissão de Educação do Senado, três prefeitos confirmaram a cobrança de propina — em dinheiro escondido em pneus, compra de bíblias e ouro. Um áudio divulgado pela Folha de S.Paulo em 21 de março revelou a possibilidade de envolvimento de Bolsonaro no caso. ABR / MINISTRO Nº 5 – Victor Godoy Veiga (sete meses no cargo). Ex-secretário executivo do MEC, Veiga assumiu o posto interinamente em 30 de março de 2022, após Ribeiro deixar a pasta sob suspeitas de repasses de verbas a municípios escolhidos por pastores sem ligação ou trabalho oficial na gestão pública. JUL / Ameaça aos recursos do Novo Fundeb. Ao aprovar a Lei Complementar nº 194, que altera a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o presidente Jair Bolsonaro vetou o trecho que resguardava as vinculações de receitas do Fundeb proporcionalmente à dedução dos contratos de dívida dos estados (art. 5º) e o mecanismo que previa a compensação pela União para a manutenção da disponibilidade financeira dos mínimos constitucionais de saúde e Educação nos mesmos patamares de antes da redução das alíquotas (art. 14). Em outras palavras, mais uma vez, a gestão federal demonstrou indiferença quanto às perdas educacionais de milhões de redes de ensino, a despeito das necessidades trazidas pela pandemia. JUL / Inoperância do MEC na recuperação da Educação. Relatório da comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha os trabalhos do MEC reforça, mais uma vez, a omissão da pasta no papel de coordenador da política nacional de Educação, “deixando estados e municípios desamparados”. OUT / Alfabetização em seis meses. Apesar de ter sido lançado em novembro de 2021, foi em outubro de 2022 que o aplicativo *GraphoGame* chamou a atenção do país, devido à promessa do presidente Jair Bolsonaro, então em disputa à reeleição, sobre a capacidade da ferramenta em alfabetizar estudantes do Ensino Fundamental em apenas seis meses. A afirmação foi uma resposta dada em debate eleitoral sobre quais caminhos seguir para enfrentar o atraso na aprendizagem dos estudantes trazido pela pandemia. Os tradutores do *app (sic)*, que é originalmente finlandês, desmentiram que a ferramenta seja para alfabetização, e sim que se trata de um apoio. Demais especialistas reagiram com críticas ao pretenso plano do governo para a defasagem, dada à necessidade de uma política educacional de alfabetização robusta para realmente atender aos desafios próprios dessa etapa e desafios aprofundados pela pandemia e ensino remoto, como investimento na formação de professores alfabetizadores e colaboração entre diferentes entes federativos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Pelo exposto até aqui, percebe-se que houve por parte do Governo Bolsonaro uma completa negligência em relação à educação. O Portal do Todos pela Educação foi enfático nesse sentido. Uma última consideração em relação ao artigo citado, diz respeito ao contingenciamento das verbas relacionadas à educação. O Portal Todos pela Educação dá destaque a esse tema, reservando um tópico especial para o assunto, conforme segue:

ESPECIAL: CORTES E CONTINGENCIAMENTOS. Um capítulo à parte da gestão atual na Educação é a questão orçamentária, que, a despeito de promessas de priorização da área durante campanha eleitoral do então candidato Jair Bolsonaro,

vem passando, desde o início do mandato, por consecutivos contingenciamentos, bloqueios e cortes que já atingiram desde estudantes universitários até os pequenos da Educação Infantil. A má execução orçamentária da pasta, largamente registrada pelo Todos Pela Educação, evidencia o descaso e a falta de prioridade para a área ao longo de todo o mandato de Bolsonaro. Confira abaixo a linha do tempo das idas e vindas do tema. 2019 / No fim de abril, o MEC anunciou o congelamento de R\$ 1,7 bi dos gastos das universidades, de um total de R\$ 49,6 bi. A decisão veio na sequência de ataques de Abraham Weintraub às federais. “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, provocou o gestor. 4,5 mi bolsas de iniciação científica, mestrado ou doutorado foram suspensas. Em julho, um bloqueio do orçamento atingiu R\$ 348 milhões da Educação — maior corte da Esplanada dos Ministérios. Ações voltadas à Educação Básica já haviam sido esvaziadas pelo governo Bolsonaro ao longo do primeiro semestre daquele ano (o que atingiu Educação em Tempo Integral, creches, alfabetização e Ensino Técnico, e gerou manifestações nas ruas). O panorama contradiz as promessas feitas por Bolsonaro durante as eleições em 2019. Em agosto, Weintraub disse que o corte de R\$ 926 milhões na Educação foi para pagar emendas. 2020 / Uma pesquisa do Todos Pela Educação revelou, em fevereiro, que 2020 havia sido o ano com menor gasto do MEC com Educação Básica desde 2010. Naquele ano, apesar da pandemia, a pasta dedicou pouco mais de R\$ 10 por aluno pelo programa Dinheiro Direto na Escola. Áreas de destaque do Ideb foram afetadas por corte de R\$ 1 bi, em setembro. 2021 / Milton de Ribeiro atuou contra o Fundeb e a internet para alunos e professores na pandemia, deixou de investir R\$ 1,2 bi para reestruturar escolas e não se pronunciou contra os cortes de Bolsonaro no setor. Essa é uma parte do extrato do primeiro ano de gestão do pastor no MEC. Ele precisou ir à Câmara para explicar os cortes orçamentários na pasta, e deputados denunciaram “escolha política”. Um erro do governo em março levou a erros milionários em transferências de recursos do Fundeb e prejuízos aos cofres da União. 2022 / Com a justificativa de atender ao teto de gastos, o governo federal determinou em maio o corte de 3,2 bilhões do orçamento do MEC, o que afetou 14,5% das políticas da pasta, universidades, institutos federais e órgãos como o Inep. As retiradas sistemáticas de dinheiro no ministério desde 2019 reduziram em 80% o gasto federal com a construção de creches e pré-escolas, por exemplo. Em outubro, 2,4 bi foram cortados do MEC, o que foi visto como insustentável pelas universidades federais (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022).

Em reportagem do portal Poder 360, a então presidente do Todos pela Educação, Priscila Cruz, disparou que a

Gestão Bolsonaro na Educação é a pior da história. [...] Essa foi a pior gestão da história do país. [...] tivemos uma sequência de ministros que um foi sendo pior que o anterior. Então tivemos ministros muito ruins. Equipes lá dentro do Ministério da Educação absolutamente pautados pela guerra ideológica e pela guerra cultural (CRUZ, 2022).

Com base no exposto, percebe-se que os quatro anos de governo Bolsonaro foram de retrocessos em relação à educação nacional. Bolsonaro fez da educação seu “campo de batalha”. O governo Bolsonaro foi o que, desde a redemocratização, mais cortou recursos da área educacional. Bolsonaro optou por fazer uma guerra ideológica ao invés de se preocupar com os reais problemas da educação no Brasil, como a falta de investimentos. Uma das soluções para a educação, na concepção do governo Bolsonaro, estava no ensino domiciliar

(*homeschooling*), ou seja, mais uma vez afastando o Estado de seus deveres constitucionais de garantir educação de qualidade aos seus cidadãos. Como já explicitado no presente trabalho, não há como um país dar certo e se tornar desenvolvido, sem priorizar a educação, sem garantir investimentos na área educacional, o que não foi feito no governo Bolsonaro. O atual governo e os que virão terão um árduo trabalho para mudar os rumos da educação nacional e “colocar o país nos trilhos” do desenvolvimento educacional.

4. AS INFLUÊNCIAS DO BOLSONARISMO NA SOCIALIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Como vimos anteriormente, com Bolsonaro a educação nacional retrocedeu. Como já explicitado, também, o processo educacional se dá em paralelo ao processo de socialização. Nesse sentido, nesse capítulo procuraremos analisar se o Governo Bolsonaro e o Bolsonarismo interferiram negativamente na socialização política dos jovens.

4.1 OS CONCEITOS DE SOCIALIZAÇÃO, DE JOVEM E DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

O processo de socialização é de extrema importância para a inserção do indivíduo em sociedade. O humano é um ser social, necessita viver em sociedade. Porém, não nascemos socializados, vamos sendo inseridos no mundo através do processo de socialização.

Gilberto Freyre define socialização como sendo “a condição do indivíduo (biológico) desenvolvido, dentro da organização social e da cultura, em pessoa ou homem social, pela aquisição de status ou situação, desenvolvidos como membro de um grupo ou de vários grupos.” (FREYRE, 2009, p. 72)

Berger e Luckmann (2008, p. 173-195) explicitam a existência de dois tipos de socialização: a socialização primária e a socialização secundária. A socialização primária é aquela que recebemos em casa, como nossos familiares; já a socialização secundária é aquela que recebemos do convívio com a sociedade, com as instituições sociais, como escola, igreja, partidos políticos, etc.

Ao trabalhar sobre a importância da socialização, a professora Juliana Bezerra explica que,

Na sociologia, o processo de socialização é fundamental para a construção das sociedades em diversos espaços sociais. É através dele que os indivíduos interagem e se integram por meio da comunicação, ao mesmo tempo que constroem a sociedade. [...] A socialização (efeito de ser tornar social) está relacionada com a assimilação de hábitos culturais, bem como ao aprendizado social dos sujeitos. Isso porque é por meio dela que os indivíduos aprendem e interiorizam as regras e valores de determinada sociedade. Quanto a isso, vale lembrar as palavras do sociólogo francês Émile Durkheim, quando afirma que: “A educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta”. De tal modo, o processo de socialização é desencadeado por meio da complexa rede de relações sociais estabelecidas entre os indivíduos durante a vida. Assim, desde criança os seres humanos vão se socializando mediante as normas, valores e hábitos dos grupos sociais que o envolvem. Observe que nesse processo, todos os sujeitos sociais sofrem influências comportamentais. Importante notar que existem diferentes

processos de socialização de acordo com a sociedade em que estamos inseridos. Qualquer que seja a classe social e a realidade, os processos de socialização são muito diversos. Tanto podem ocorrer entre pessoas que vivem numa favela como entre os burgueses que habitam a zona sul de São Paulo. Seja qual for a cor, a etnia, a classe social, todos os seres humanos desde cedo estão em constante processo de socialização, seja na escola, na igreja, na faculdade ou no trabalho. Alguns fatores podem afetar esse processo, tal como um local marcado por guerras. As consequências dos processos de socialização geralmente são positivas e resultam na evolução da sociedade e dos indivíduos. Por outro lado, as pessoas que não se socializam podem apresentar muitos problemas psicológicos, determinados, por exemplo, pelo isolamento social. O processo de socialização vem se alterando ao longo do tempo, através das mudanças da sociedade. Note que os processos de socialização da antiguidade e da atualidade são bem distintos, o que decorre da evolução dos meios de comunicação e do avanço tecnológico. Os processos de socialização estão classificados em dois tipos: Socialização Primária: como o próprio nome já indica, esse tipo de socialização ocorre na infância e se desenvolve no meio familiar. Aqui, a criança tem contato com a linguagem e vai compreendendo as relações sociais primárias e os seres sociais que a compõem. Além disso, é nesse estágio em que são interiorizados normas e valores. A família torna-se a instituição social mais fundamental desse momento. Socialização Secundária: nesse caso, o indivíduo já socializado primariamente vai interagindo e adquirindo papéis sociais determinados pelas relações sociais desenvolvidas, bem como a sociedade que está inserido. Se por acaso o sujeito social teve uma socialização primária afetada, isso poderá gerar diversos problemas na sua vida social, uma vez que o primeiro momento de socialização é essencial na construção do caráter do indivíduo (BEZERRA, 2023).

Como se pode inferir da citação acima, o processo de socialização é de extrema importância para a construção de uma sociedade livre e democrática.

Em uma pesquisa realizada entre os anos 2019 e 2022, o Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nupesal/UFRGS) buscou compreender as dificuldades em se construir uma cultura política assertiva e democrática por parte da juventude brasileira, em especial da juventude no sul do Brasil. (BAQUERO, 2023, p. 5).

Segundo Baquero (2023, p. 8), o estudo demonstrou que os jovens “por um lado demandam maiores espaços de participação e, por outro descrêem nas instituições políticas da democracia representativa”. Embora pareça paradoxal, tal fato, segundo o autor, “pode ser explicado pelo tipo de construção democrática no país, em que a institucionalização da democracia liberal ou representativa ocorre, simultaneamente, com um declínio das oportunidades educacionais e de trabalho”.

Baquero (2023, p. 7-8) explica que “a Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece a idade entre 15 e 24 anos para situar a categoria jovem”. Esse é o público alvo de nossa presente análise.

Sobre o conceito de socialização política, Baquero (2023, p. 10) explica que ela “é definida como o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social

do indivíduo, têm influência na cristalização do seu papel como ator significativo, ou não, no sistema político e nas crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições”. Isso seria, basicamente, o “processo de constituição da cidadania”.

E Baquero (2023, p. 11-12) prossegue, argumentando que “aprendizagem da criança dura toda a vida e que as orientações básicas adquiridas durante a infância estruturam a aprendizagem posterior de crianças sobre assuntos específicos”. Assim sendo, para o autor, “há um consenso entre os pesquisadores de que os valores e as normas internalizadas pelas crianças são importantes como determinantes das atitudes quando adultos”. Baquero, explica, ainda, que “Subjacente a esse pressuposto está a ideia de que aquilo que se aprende na infância dificilmente será deslocado por experiências posteriores”. Assim, “o comportamento adulto tende a revelar uma certa consistência com aquilo que se aprende na infância e na adolescência”. Nesse sentido, para o autor, “as crenças, os valores e as normas são a função da socialização ocorrida no passado, ou seja, na infância e na adolescência”.

No campo político, Herbert Hyman (1959), um dos principais pesquisadores sobre socialização política, argumenta que as crianças desenvolvem uma identificação partidária muito cedo na vida, que persiste ao longo do tempo para a maioria da população. Seu estudo mostra que os pais transmitem para os filhos lealdades fortes a um partido político. A intensidade da identificação partidária, segundo o autor, que defende o princípio da estruturação, determina novas crenças sobre assuntos específicos (BAQUERO, 2023, p. 11-12).

Ainda, sobre o Processo de socialização política dos jovens, Baquero (2023, p. 12-13), argumenta que “quando a criança alcança o início da adolescência, dependendo das experiências passadas pelos pais, é possível que ela tenha pouca consciência de símbolos ou instituições políticas proeminentes”. Porém, segundo o autor, “quando esses adolescentes chegam à fase pré-adulta, a imagem política é relativamente mais complexa, e sentimentos de proximidade ou distanciamento em relação às instituições públicas e políticos estão enraizados”. Para Baquero

[...] a imagem mais diferenciada do sistema político resulta, também, do processo de “aprendizagem realista sobre política”, que é conseqüência, por exemplo, da exposição aos meios e comunicação e novos grupos de referência e do impacto de eventos conjunturais (inflação, desemprego e qualidade de vida), os quais refletem o cotidiano dos jovens bem como as imagens que internalizaram a respeito da política num contexto informal, como a família. Além da família, as instituições identificadas como sendo as principais responsáveis pelo processo de socialização política são: a escola, os grupos de referência dos indivíduos e, presentemente, as mídias sociais. No entanto, continua a prevalecer o pressuposto comum da área de socialização de que a família é a fonte principal da transmissão cultural da sociedade (BAQUERO, 2023, p. 12-13).

Além, disso, segundo Baquero e Morais (2018, p.16),

a evidência acumulada sobre o processo de socialização política identificou que as dimensões que afetam como os jovens internalizam normas e valores são de natureza variada, envolvendo condições econômicas, grau de oportunidades, possibilidades de ascensão social, experiências concretas com a política, percepção do grau de corrupção no país e previsibilidade do seu futuro.

Nesse sentido, o processo de socialização política iniciada ainda na infância e aprofundada na adolescência é essencial para a formação de cidadãos éticos, responsáveis, conhecedores de seus direitos e deveres e, acima de tudo, capazes de exercer a cidadania de forma integral.

4.2 A IMPORTÂNCIA DA TOLERÂNCIA E DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA PARA A MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA

Segundo Baquero (2023, p. 15) “o fortalecimento da democracia requer a internalização de valores tais como tolerância, compromisso, respeito e lealdade a valores democráticos”. Ainda segundo esse autor, “[...] no Brasil, a tarefa de socialização política tem sido deixada para os partidos políticos, que, pela sua fragilidade, não têm conseguido se estabelecer como efetivos mediadores entre Estado e sociedade civil”. (BAQUERO, 2023, p. 15-16).

Baquero (2023, p. 16) argumenta que a estabilidade da democracia “depende, também, do grau de igualdade social e econômica na sociedade”. Nesse sentido,

em democracias como a brasileira, onde ainda existem desigualdades estruturais (riqueza, concentração de renda, oportunidades de educação e acesso ao conhecimento), o ideal de uma democracia socialmente justa, a despeito dos avanços poliárquicos, está longe de se materializar (BAQUERO, 2023, p. 16-17).

Para Baquero (2023, p. 17-19)

essas desigualdades são injustas na medida em que elas acentuam ou perpetuam as condições institucionais que produzem um processo de manipulação dos cidadãos, principalmente em épocas eleitorais, ao mesmo tempo em que inibem o desenvolvimento político-cognitivo das pessoas. As desigualdade estruturais propiciam, também, que os procedimentos democráticos reforcem essas desigualdades, porque os mais abastados conseguem a marginalização das vozes, dos assuntos e das necessidades dos mais necessitados (YOUNG, 2000). Desse modo, quando as crises de qualquer natureza emergem e catalisam o rompimento dessa estabilidade, as pessoas e as instituições entram em ação para restaurar a

harmonia do sistema. Na teoria, tal cenário é desejado; porém, na realidade, o quadro é diferente. A história tem mostrado que, quando crises econômicas, sociais e políticas ocorrem em sociedades que não se prepararam para superá-las, os verdadeiros padrões de comportamento político existentes se materializam, podendo colocar em risco a manutenção da democracia representativa. Assim, o tipo de cultura política vigente numa nação impacta significativamente a solidez da manutenção da igualdade e qualidade de vida. Quando essas esferas são frágeis, a possibilidade de a democracia se deformar é elevada. Esse é o quadro que o Brasil vive atualmente. Não é exagero afirmar que a democracia no Brasil está em perigo. O perigo não emana de um possível golpe militar, mas pela erosão produzida por um líder autoritário que busca deslegitimar as instituições democráticas no que se convencionou chamar de sindemia (o papel deletério do Executivo no agravamento da situação da pandemia). O presidente Jair Bolsonaro tem contribuído para o agravamento da crise entre as instituições representativas do país. Nesse contexto, as eventuais boas notícias não se diferenciam das más. Crises econômicas não se constituem mais em meras interrupções no caminho das prosperidades, pelo contrário, podem ser consideradas ameaças reais que podem resultar em convulsões sociais. A história mostra que os problemas crônicos da pobreza e da desigualdade, resultados da estagnação econômica, do desemprego e do crescimento econômico zero, deterioram o processo democrático. Fruto da crise sanitária e da ineficiência do governo Bolsonaro, a desigualdade econômica cresceu no Brasil, e o aumento da concentração de renda está em patamares raramente vistos. O que é mais preocupante é que o impacto da incompetência governamental tem produzido, como nunca antes visto na história do Brasil, um grau de polarização política e intolerância elevada. A toxidade do sistema de informação vigente aumentou as tensões existentes e compromete a capacidade de enfrentar os verdadeiros problemas do país. Acrescente-se a isso que, da mesma forma que nos Estados Unidos, onde o trumpismo transcende o próprio Trump, no Brasil o bolsonarismo não terminará com a não eleição de Bolsonaro. As demandas e necessidades que existiam antes de ele assumir o poder continuarão a existir e provavelmente piorarão, mesmo que ele seja afastado da política (grifo nosso).

Segundo Baquero (2023, p. 20-22)

Um dos principais componentes que tem contribuído para a diminuição da confiança no sistema político diz respeito à explosão de desinformação deliberada promovida pelo governo para produzir uma ruptura no processo democrático. A falta de uma população informada tem gerado uma tendência à conformação. Tal processo se agrava quando a população de um país carece de uma educação formal adequada. Em tal contexto, valores e crenças políticas são altamente influenciados por fatores emocionais e subjetivos, como a religião e o clientelismo, demagogia e patrimonialismo. A proliferação, portanto de notícias falsas (*fake news*) impacta as pessoas, que passam a operar com base em relações primárias, ou seja, numa relação direta entre eles/as com a pessoa do candidato, em detrimento das instituições políticas, principalmente os direitos políticos. As mensagens emitidas pelo governo incumbente amplificam a desconfiança no processo eleitoral, prejudicando, por exemplo, o processo de votação com alegações de irregularidades e acusando as instâncias controladoras do processo de fiscalização eleitoral de cometer fraude eleitoral. [...] A divulgação de desinformações sobre o processo eleitoral tem diminuído ainda mais o frágil apoio à democracia existente. Entre os jovens, foco desse livro, os resultados são pouco animadores, visto que a maioria deles acredita que seu voto não faz nenhuma diferença no futuro do país. Pesquisa divulgada em outubro de 2022 indicou que 70% dos jovens manifestaram o desejo de deixar o país em busca de oportunidades em outros países (CANZIAN, 2002). Embora o grau de impacto de alguma instância no processo de votação não tenha se confirmado por ausências de provas, a promoção de *fake news* sobre o sistema de votação de urnas eletrônicas nas mídias sociais desestabiliza a confiança dos cidadãos no processo eleitoral e nos seus resultados. As implicações dessa tendência reforçam que a

democracia está em perigo, pois os sinais são claros – quando a desconfiança em relação às instituições aumenta, o engajamento cívico diminui, produzindo uma cultura política personalista e de lealdade pessoal.

A imprensa tem um papel importante para a manutenção da democracia. Baquero (2023, p. 22) afirma que

nesse cenário de perigo para a democracia, está claro que os meios de comunicação de massa têm papel fundamental no combate às notícias falsas e campanhas sofisticadas de desinformação. Tal situação se agrava pela falta de interesse do governo em investir em estratégias de esclarecimento do povo de forma que os eleitores identifiquem informações falsas quando divulgadas.

Segundo Baquero (2023, p. 21-22) o foco de atenção para o combate às notícias falsas devem ser as próximas gerações de eleitores, visto que os jovens “são altamente suscetíveis à desinformação devido à quantidade de tempo que passam nas plataformas de mídias sociais e ao fato de ainda não terem desenvolvido as habilidades para diferenciar aquilo que é fático daquilo que é desinformação”. O autor ainda argumenta que

a internet revolucionou a dinâmica de se informar; no entanto, a qualidade da informação é distorcida, tendendo a criar sectos de seguidores com base em princípios de quase fanatismo. Nesse sentido, os jovens tendem a perder a objetividade na análise de fatos políticos. O papel desempenhado pela socialização política, incluindo a frequência com que se discute assuntos políticos dentro da família, tem diminuído, afetando o conhecimento e os interesses dos jovens pela política (BAQUERO, 2023, p. 27).

Baquero (2023, p. 28), afirma que “a educação dos jovens precisa enfatizar valores republicanos, pois são esses valores que se constituem no pilar fundamental da estrutura social e poder da sociedade e, conseqüentemente, da formação cidadã como eixo de fortalecimento do sistema democrático do país”.

Segundo Baquero (2023, p. 33), “o Brasil que surgiu depois das eleições de 2022 é um país dividido e intolerante. Será necessário um esforço coletivo para resgatar a trajetória democrática que foi perdida nos últimos quatro anos”.

4.3 OS IMPACTOS DO BOLSONARISMO NA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NO SUL DO BRASIL: ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DO BOLSONARISMO NA JUVENTUDE A PARTIR DOS DADOS DO *SURVEY* APLICADO PELA PESQUISA DEMOCRACIA, VALORES POLÍTICOS E CAPITAL SOCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NO SUL DO BRASIL

Conforme analisado na sequência, o Bolsonarismo tem influenciado fortemente a sociedade brasileira, o que inclui também os jovens no sul do Brasil, objeto principal de nossa análise. Para o presente estudo foi realizada uma pesquisa com reportagens jornalísticas, buscando informações sobre o aumento da intolerância e dos crimes de ódio no Brasil nos últimos anos e, principalmente, foram analisados os dados coletados em um *survey*, aplicado por pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPESAL - UFRGS).

Zorzi (2023, p. 50), explica que “*Survey* é um tipo de questionário estruturado com questões padronizadas e respostas fechadas. As questões devem refletir conceitos”. O autor explica, também, que “exemplos de conceitos são interesse por política, informação política, representação democrática, participação democrática, ideologia política, etc.” O questionário, segundo Zorzi, “é aplicado em uma amostra representativa de uma população para mensurar o que ela pensa. Para que seja representativa, todos os indivíduos devem ter chances semelhantes de serem selecionados”.

Zorzi (2023, p. 51-52) explicita, ainda, como foi realizado o *survey* para analisar a socialização política dos jovens do sul do Brasil:

A estratégia metodológica que se propõe é de “*survey* autoadministrado”, através de “amostragem em vários estágios” de jovens do ensino médio. A partir de uma lista pública provida pelo poder público, sorteia-se escolas, que são coletivos de jovens de diversas idades, e, em seguida, sorteia-se turmas de alunos dentro de cada escola, que são coletivos de jovens de séries específicas. Forma-se uma amostragem dos jovens de ensino médio. A autoaplicação do questionário pelos alunos deve ser supervisionada por pesquisadores treinados. Aplicando um questionário *survey in loco*, pode-se mapear diferenças entre alunos de diferentes categorias de escolas, como escolas públicas genéricas, exclusivas (militares/técnicas), privadas, etc. [...] A pesquisa proposta foi realizada no sul do Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa apresentada no presente trabalho foi o resultado de um *survey* aplicado pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL - UFRGS), pela pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, em que foram feitas análises descritivas

sobre o processo de socialização política dos jovens de ensino médio, de escolas públicas e privadas, das cidades de Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba. A pesquisa foi realizada em duas ondas: A primeira (NUPESAL, 2015) foi aplicada entre os anos de 2015 e 2016 e a segunda onda (NUPESAL, 2019) foi realizada em 2019 (ZORZI, 2023, p. 58). Os resultados da pesquisa foram publicados nos livros “A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil”, e, “Riscos de uma democracia em crise: os jovens e a política”, editados, respectivamente, em 2018 e 2023. Ambos os livros foram organizados por Marcello Baquero. Segundo Zorzi,

A primeira onda (NUPESAL, 2015) conseguiu a participação voluntária de 24 escolas de ensino Médio nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. Ela ocorreu entre 2015 e 2016. Dentre essas escolas, 20 são públicas, sob responsabilidade institucional das secretarias estaduais de educação, 13 são privadas, sob responsabilidade de instituições/empresas privadas, um é um colégio federal/militar, de responsabilidade institucional do Ministério da Defesa no âmbito nacional. A amostragem total dessa onda soma 2035 alunos do ensino médio (idade: 14-19 anos; sexo: 51,4% feminino e 48,6% masculino; série: 34% da 1ª, 31,5% da 2ª, e 35,5% da 3ª série (ZORZI, 2013, p. 58).

O autor explica que a pesquisa de 2019 (NUPESAL, 2019) também foi realizada nas três cidades, porém somente os dados das 17 escolas de Porto Alegre foram utilizados, “visto que a pandemia de Covid-19 impediu que a segunda onda fosse realizada com o mesmo rigor metodológico em Florianópolis e Curitiba (cidades nas quais a pesquisa não pôde ser realizada em sala de aula)” (ZORZI, 2023, p. 58).

Zorzi (2023, p. 58-59) explicita como se deu a distribuição das escolas de Porto Alegre por responsabilidade institucional durante a segunda onda da pesquisa:

Dentre as escolas de Porto Alegre, 11 são públicas, sob responsabilidade institucional da Secretaria Estadual de Educação, 5 são escolas sob responsabilidade de instituições/empresas privadas, e 1 é o Instituto Federal da Restinga, de responsabilidade institucional do Ministério da Educação. A amostragem total soma 865 alunos de ensino médio (idade: 14-19 anos; sexo: 51,9% feminino e 48,1% masculino; série: 30,9% da 1ª série, 38,2% da 2ª, 28,0% da 3ª, e 2,8% da 4ª série, sendo esta última porcentagem apenas relativa ao Instituto Federal.

Nos últimos anos temos presenciado um aumento no número de casos de intolerância e de crimes de ódio no Brasil. É notório a tentativa de criminalização do ato de ensinar e debater política em sala de aula. O Projeto de Lei 867/2015, que ficou conhecido como Escola sem Partido, foi, talvez, o maior exemplo disso. O referido projeto de lei foi arquivado na Câmara dos deputados em 2018. Leis estaduais semelhantes à do Escola sem Partido foram

consideradas inconstitucionais pelo STF, mas os debates sobre a legalidade ou não do ato de se ensinar e se debater política em sala de aula ainda continuam.

Bernardi (2023, p. 95), argumenta que

na Pesquisa realizada pelo Nuposal, houve um aumento no número de jovens que afirmam que a política não deve ser discutida em sala de aula (de 13,2% em 2015 para 21,2% em 2019), e não só nas escolas públicas, mas também nas privadas, foi relatado haver interferência dos pais, e em alguns casos, questionando o conteúdo programático como doutrinador.

Conforme a citação acima, pode-se perceber, já em 2019, uma influência do bolsonarismo na socialização política dos jovens, visto que Jair Bolsonaro é um ferrenho defensor do Movimento Escola sem Partido. E a democracia se deteriorou no decorrer do governo Bolsonaro.

Segundo González e Chiodi (2023, p. 119)

os últimos oito anos podem ser considerados como parte de um processo contínuo de desconsolidação da democracia no Brasil, na medida em que, considerados os três pilares de normas, elite e cultura política, os três foram afetados negativamente, ao ponto de ser necessário, em 11 de agosto de 2022, fazer-se leitura de dois manifestos em defesa da democracia, reunindo intelectuais e dirigentes de organizações sociais e de sindicatos patronais e de trabalhadores, um indicador de que ameaça à continuidade da democracia é considerada real. A fragilidade nas relações políticas institucionais no Brasil exarcebou o tom das manifestações públicas, as acusações de parte a parte se tornaram constantes, e adjetivos como “genocida”, “miliciano” ou “fascista” passaram a ser atribuídos ao presidente Bolsonaro, enquanto este e seus seguidores não pouparam epítetos aos adversários, com destaque para neologismos como “petralha” e a ressurreição de uma linguagem anticomunista que parecia desaparecida com o fim da Guerra Fria

A Tabela 1 apresenta a escala ideológica dos jovens entrevistados. Como pode ser percebido na referida tabela, houve um aumento da polarização política no Brasil entre os anos de 2015 e 2019.

Tabela 1. Escala ideológica

	2015 (%)	2019 (%)
Esquerda	15,19	19,9
Centro	56,7	51
Direita	27,3	29,1
Total	100	100

n = 365 (2015), 470 (2019). Esquerda = 1 a 3,9, centro = 4 a 6,9, direita = 7 a 10.

Fonte: Baquero (2023, p. 138), a partir de Nuposal (2015, 2019).

A Tabela 1 nos mostra um esvaziamento no número de jovens que se posicionam como de centro no espectro político, e um aumento entre os que se posicionam à direita ou à esquerda. Ao analisar a referida tabela, Baquero (2023, p. 137) argumenta que “o país sofreu um processo de aprofundamento das diferenças políticas nos últimos anos. Essa mudança pode ser constatada pelo autoposicionamento ideológico dos jovens na escala direita-esquerda, na Tabela 1”.

A Tabela 2 nos mostra o grau de confiança dos jovens nas instituições.

Tabela 2. Em relação às pessoas e instituições listadas, você confia nelas?

Instituição	2015%			n	2019%			n
	Confio	Mais ou menos	Não Confio		Confio	Mais ou menos	Não confio	
Seus pais	88,9	8,8	2,2	669	85,6	12,3	2,1	846
Familiares	60,8	33,8	5,3	656	41,0	48,7	10,3	844
Forças Armadas	28,1	44,6	27,3	644	26,3	47,8	25,9	849
Igreja	19,6	32,2	48,2	652	18,9	33,5	47,6	853
Polícia	12,5	54,1	33,4	647	20,1	51,0	28,9	849
Judiciário	11,1	55,4	33,4	646	9,6	53,1	37,4	848
Presidente	4,8	33,0	62,2	651	5,4	28,2	66,4	847
Governo Federal	2,5	37	60,5	641	3,1	31,9	65,0	846
Partidos Políticos	0,5	30,6	69,0	651	0,6	28	71,4	851

Fonte: González e Chiodi (2023, p. 139), a partir de Nuposal (2015, 2019).

Como pode ser percebido na Tabela 2, as instituições em que os jovens mais confiam são as Forças Armadas, a Polícia e as Igrejas. González e Chiodi (2023, p. 138), explicam que

nenhuma das instituições políticas escolhidas pelo voto alcança um nível de confiança ao menos parcial de mais da metade dos respondentes, e, ainda, aumentou o percentual dos que não confiam. As instituições com maior grau de confiança são

as Forças Armadas, a Polícia e as Igrejas. O único poder constitucional que mantém algum grau de confiança, embora esse grau de confiança tenha diminuído, é o poder judiciário. [...] O baixo nível de confiança nas instituições contrasta com a confiança do núcleo familiar. No entanto, mesmo nesse âmbito se verifica uma queda na confiança, o que pode ser uma consequência de tensões familiares ocorridas por conta da disputa política nas eleições de 2028. Faz sentido, assim, o apelo dos partidos de extrema direita ao lema “Deus, Pátria, Família”, no qual “Deus” está representado pelas Igrejas e “Pátria” pelas forças Armadas (grifo nosso).

A desconfiança nas instituições também pode ser considerada como um sintoma da crise pela qual passa a democracia brasileira.

A Tabela 3 apresenta quais são os principais problemas do Brasil na opinião dos entrevistados.

Tabela 3. Em sua opinião, qual é o principal problema do país?

Problema	2015 (%)	2019 (%)
Inflação	2,8	3,0
Desemprego	1,4	16,2
Saúde	8,4	6,9
Pobreza	4,8	5,0
Corrupção	53,3	38,8
Moradia	0,8	0,1
Transporte	0,9	0,5
Educação	18,9	19,5
Outro	8,8	10,0
Total	100	100

n = 651 (2015); 845 (2019).

Fonte: González e Chiodi (2023, p. 140), a partir de Nupesal (2015, 2019).

Como se pode ver na tabela acima, a corrupção ainda segue sendo o principal problema apontado pelos jovens, embora tenha havido uma diminuição no percentual dos jovens que a consideram como o principal problema brasileiro. O desemprego teve um aumento considerável na percepção dos jovens como sendo o principal problema do país. Os problemas sociais também são fatores de desestabilização da democracia.

Na Tabela 4 está exposta a opinião dos entrevistados em relação à discussão de assuntos políticos em sala de aula.

Tabela 4. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?

	2015 (%)	2019 (%)
Concordo: a política faz parte da formação do estudante	86,7	78,7
Não concordo: lugar de política não é na aula	13,3	21,3
Total	100	100

n = 678 (2015), 845 (2019)

Fonte: González e Chiodi (2023, p. 143), a partir de Nupesal (2015, 2019).

Embora o número dos que considerem que os assuntos políticos fazem parte da formação do estudante e que por isso devem ser debatidos em sala de aula (78,7% em 2019), aumentou consideravelmente o número dos estudantes que consideram que o lugar de política não é em sala de aula (passou de 13,3% em 2015, para 21,3% em 2019). Como já referido anteriormente, isso já pode ser considerado como uma influência do Bolsonarismo na socialização dos jovens no sul do Brasil.

A Tabela 5 apresenta o posicionamento dos estudantes sobre a seguinte afirmação: Não gosto de discussões ou assuntos políticos porque ninguém se entende e prefiro não me posicionar.

Tabela 5. Não gosto de discussões ou assuntos políticos porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar

	2015 (%)	2019 (%)
Concordo	26,1	40,0
Concordo em parte	26,5	27,7
Discordo	47,4	32,3
Total	100	100

n = 664 (2015); 851 (2019).

Fonte: González e Chiodi (2023, p. 143) a partir de Nupesal (2015, 2019).

Conforme pode ser verificado na tabela acima, entre 2015 e 2019 houve um aumento no número de entrevistados que afirmam não gostar de discussões políticas por que ninguém se entende e não querer se incomodar. Nesse sentido, Baquero (2023, p. 142-143) ao analisar o posicionamento dos estudantes em relação ao debate de questões políticas em sala de aula e sobre as discussões de assuntos políticos de maneira geral, argumenta que:

Questionados sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula, a maioria dos jovens participantes considera que esse debate faz parte da formação do estudante. Em contrapartida, aumentou o número dos que dizem não haver lugar para política em sala de aula, chegando a 21,3%. Embora aqueles que são contra a discussão de política na escola sejam minoria, a alienação com relação ao tema é dominante. De 2015 a 2019, passou de uma maioria de 52,6% para 77,7% os que concordam totalmente ou em parte com a afirmação sobre não gostar de discutir política, subindo para 40% os que concordam plenamente. A aversão ao debate pode ser um resultado direto dos conflitos criados pelas posições polarizadas, particularmente na eleição de 2018.

A Tabela 6 apresenta a concordância com afirmações sobre se é melhor a democracia ou um governo autoritário.

Tabela 6 – Concordância com afirmações sobre se é melhor a democracia ou um governo autoritário – 2019

	Democracia (%)	Governo Autoritário (%)
Concordo	47,3	8,2
Concordo em Parte	42,4	36,8
Discordo	10,4	55,0
Total	100	100

Afirmação 1: “Democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo” n = 821. Afirmação 2: “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é melhor do que um governo democrático” – n = 820.

Fonte: González e Chiodi (2023, p. 146) a partir de Nupesal (2015, 2019).

Como pode-se inferir da tabela acima, apenas 47,3% dos entrevistados concordam que a democracia seja sempre a melhor forma de governo. Um número elevado de entrevistados considera que às vezes é preferível um governo autoritário do que democrático (45%). Segundo González e Chiodi (2023, p. 146), analisando a referida tabela,

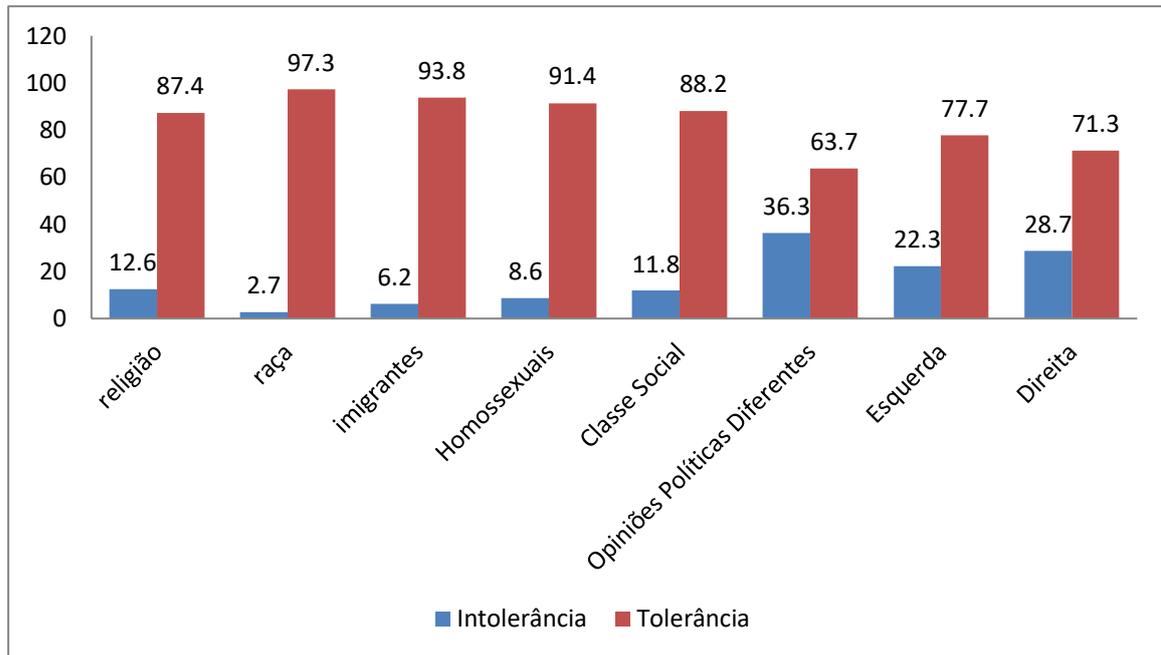
percebe-se que 10,4% discordam que a democracia seja a melhor forma de governo, o que se aproxima dos 8,2% que afirmam que um governo autoritário pode ser melhor. Mas o maior risco para a estabilidade do regime não está nos abertamente autoritários, e, sim, nos ambivalentes: nos 42,4% que concordam apenas em parte que a democracia é sempre a melhor forma de governo, deixando margem para apoiar outra forma em algumas circunstâncias, ao mesmo tempo em que 36,8% concordam em parte que um governo autoritário pode ser melhor. Ou seja, há um potencial em tornou de 45% dos jovens, dos quais nenhum viveu o período ditatorial, a uma solução autoritária como alternativa à democracia. Se associarmos esses percentuais com a baixíssima confiança nos partidos políticos e no governo e com o grau razoável de confiança nas Forças Armadas, há sinais para uma preocupação com o futuro.

E o perigo se confirmou em 8 de janeiro de 2023, quando do ataque de Bolsonaristas às sedes dos Três Poderes, em Brasília. Ferreira e Galvão (2023) em reportagem para o G1 no dia 8 de janeiro do corrente ano nos noticiavam que:

Bolsonaristas radicais invadiram o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, neste domingo (8), após entrar em confronto com a Polícia Militar na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Os participantes de atos antidemocráticos estavam com pedaços de paus e pedras. Policiais militares tentaram conter os bolsonaristas com uso de *spray* de pimenta, no entanto, eles invadiram a área de contenção que cercava o Congresso Nacional. Imagens do local mostram que um veículo da Polícia Legislativa caiu no espelho d'água do Congresso. Vidraças da sede do Congresso foram quebradas. Os bolsonaristas radicais alcançaram o Salão Verde da Câmara dos Deputados, área que dá acesso ao plenário da Casa. Os policiais também usaram bombas de efeito moral na tentativa de conter os participantes do ato antidemocrático. Até a última atualização desta publicação, a Polícia Militar ainda não havia se manifestado sobre a invasão. Após a invasão ao Congresso Nacional, os bolsonaristas radicais também invadiram o Supremo Tribunal Federal (STF). Os participantes do ato antidemocrático quebraram vidros da fachada, entraram no prédio e chegaram até o plenário. No Palácio do Planalto, os bolsonaristas radicais chegaram até o quarto andar e depredaram a sede do Poder Executivo. Os terroristas nas sedes dos poderes da República começaram a ser dispersados apenas por volta das 19h, cerca de 4h após o início dos ataques. Policiais militares do Batalhão de Choque usaram bombas de efeito moral e gás de pimenta para retirar os terroristas da Esplanada dos Ministérios e os direcionarem à Rodoviária do Plano Piloto. Até a última atualização desta publicação, os vândalos continuavam no centro de Brasília. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou, pouco antes das 21h, que 200 pessoas foram presas em flagrante e que as prisões continuariam na noite deste domingo. Minutos antes, o governador do DF, Ibaneis Rocha, afirmou que mais de 400 pessoas já haviam sido presas.

O Golpe de Estado não chegou a ser consumado, pois o Governo Federal e o STF agiram rápido, mas a tentativa do golpe, por si só, já mostra que nossa democracia está em risco. As investigações indicam que Militares prevaricaram nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2018, com alguns tendo, inclusive, participado dos mesmos. Para investigar os referidos atos golpistas foi instaurado uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. As investigações ainda estão em curso.

O Gráfico 1 apresenta dados sobre a intolerância política atitudinal, ou seja, que diz respeito às crenças, valores e opiniões dos jovens entrevistados em relação a determinados grupo. Os dados foram coletados em 2019, portanto, já durante o Governo Bolsonaro.

Gráfico 1. (In)tolerância política atitudinal (%)

n = 865.

Fonte: Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 177), a partir de Nupesal (2019)

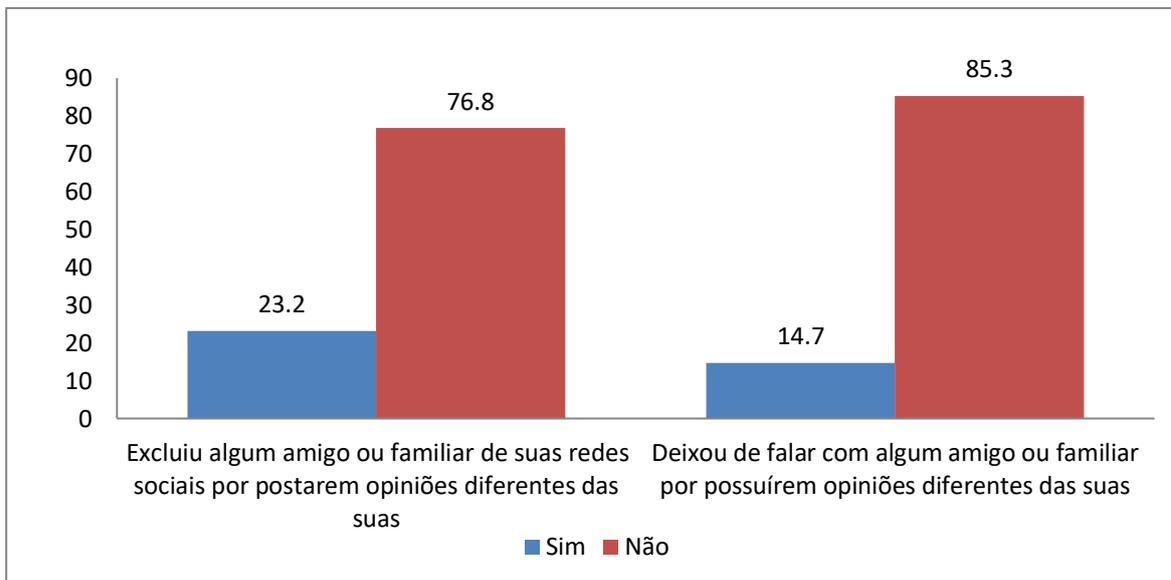
Como se pode verificar, os maiores percentuais de intolerância são aqueles relacionados à dimensão política. (36,3%). Isso é sintomático, pois indica os rumos que o país está tomando em relação à intolerância a quem pensa diferente em questões políticas. Nesse sentido, Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 176-178) explicam que

em 2015, a partir de dados qualitativos coletados pela pesquisa realizada pelo Nupesal (2015) com jovens do ensino médio de Porto Alegre, os jovens indicaram perceber um aumento na intolerância política. Morais (2021), com base nesses dados, constatou que há uma percepção de aumento da intolerância na internet, tanto em relação a assuntos diversos quanto em relação à política. A autora afirma que isso acontece pelo tipo de cultura política existente no país e pela sensação de anonimato e impunidade no ambiente *on-line*. A partir desses dados qualitativos coletados em 2015, acrescentou-se à onda de 2019 da pesquisa questões sobre a intolerância social e política. Para a análise, a intolerância foi dividida em duas dimensões: a primeira atitudinal, ou seja, relacionada às crenças, valores e opiniões desses jovens em relação a determinados grupos, e a segunda comportamental, ou seja, relativa a ações de exclusão ou corte do contato com algum amigo ou familiar por terem opiniões política divergentes. De forma geral, como podemos ver nos gráficos 1 e 2, os jovens não apresentam altos níveis de intolerância política. Como podemos verificar, o Gráfico 1 refere-se às dimensões da intolerância política na esfera atitudinal. A leitura do gráfico nos permite visualizar que os maiores percentuais de intolerância são aqueles ligados à dimensão política (36,3% para opiniões políticas diferentes, 28,7% para a direita e 22,3% para esquerda). Em um ambiente de polarização política, discurso de ódio e predominância de *Fake News*, é sintomático que os maiores níveis de intolerância entre os jovens sejam justamente aqueles concernentes ao espectro político direto. E isso liga um alerta para a

necessidade de se investir na educação de qualidade, em que valores democráticos sejam ensinados, para que os jovens compreendam que, na democracia, existem regras, e uma delas é a aceitação da opinião da maioria em uma eleição, por exemplo.

O Gráfico 2 apresenta os dados da intolerância política “comportamental, ou seja, relativa a ações de exclusão ou corte do contato com algum amigo ou familiar por terem opiniões políticas divergentes” (MORAIS; MILANEZI; LIMA, 2023, p. 177).

Gráfico 2. (In)tolerância política comportamental (%)



n = 865

Fonte: Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 178), a partir de Nupesal (2019).

No gráfico acima, pode-se perceber que um número considerável de entrevistados excluiu algum amigo ou parente de suas redes sociais ou deixou de falar com algum amigo ou parente por causa de divergências em suas opiniões políticas.

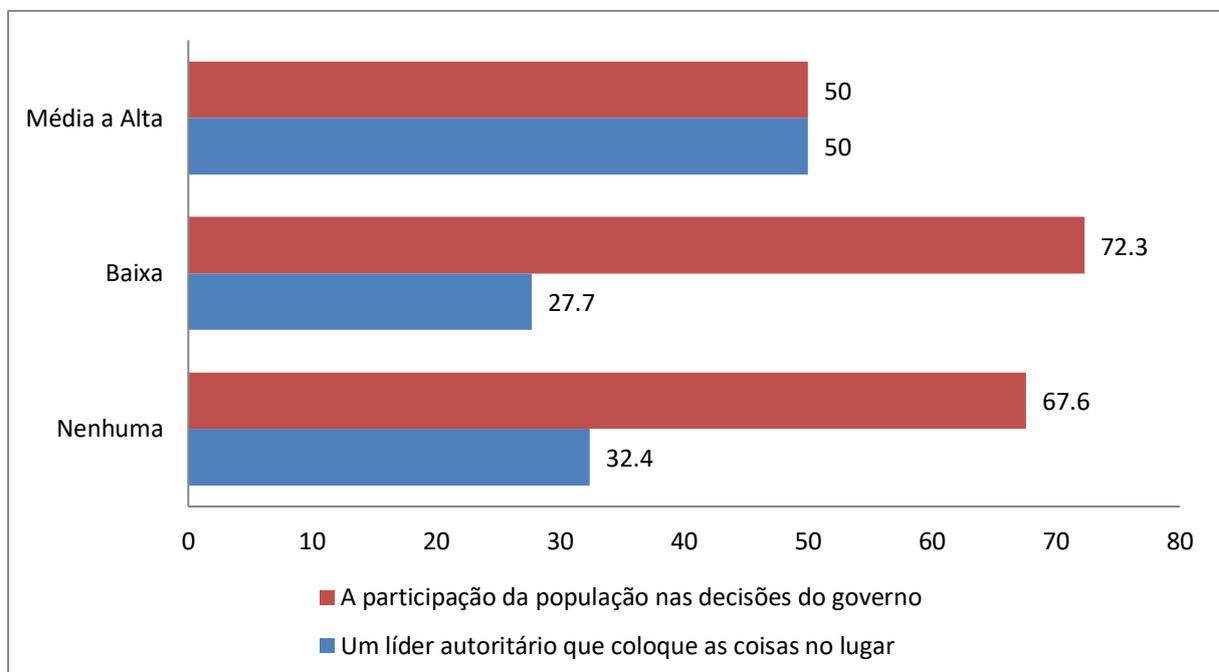
Nesse sentido, Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 179-180) argumentam que

na dimensão comportamental, ainda que os percentuais não se revelem alarmantes, o Gráfico 2 ilustra que 23,2% dos respondentes afirmam já ter excluído amigos ou familiares de redes sociais por postarem opiniões diferentes das suas, enquanto 14,7% deixaram de falar com amigos ou familiares pelo mesmo motivo. Na dimensão da tolerância, 76,8% afirmaram não ter excluído amigos ou familiares de suas redes, e 85,3% também afirmam não ter deixado de falar com amigos ou familiares por terem opiniões diferentes das suas. O que esses dados ilustram, na verdade, é que parece haver uma propensão maior à intolerância no ambiente *on-line* entre os jovens, fato que pode ajudar a explicar os diversos casos de violência política noticiados por jornais nas escolas (CAFARDO, 2022). Quando cruzamos as informações de confiança na internet e intolerância política a grupos, notamos que

os indivíduos que afirmam confiar na internet são os mais intolerantes a opiniões políticas diferentes (43,2%, contra 30,2% de nível de intolerância a grupos daqueles que afirmam não confiar nessa mídia.

O Gráfico 3 apresenta o índice de tolerância para resolução dos problemas do país. Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 183) explica que “o índice de intolerância foi criado a partir das questões de intolerância atitudinal (religião, raça, imigrantes, homossexuais, classe social, opiniões diferentes, esquerda e direita). Calculou-se a nova variável, que foi recodificada da seguinte forma: 0,00 = nenhuma intolerância; 0,13 a 0,50 = como baixa intolerância; e 0,63 a 1,00 como média e alta.”

Gráfico 3. Índice de intolerância x solução para resolver os problemas do país (%)



$n = 83, r < 0,05$.

Fonte: Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 183), a partir de Nupesal (2019).

Como se pode verificar no gráfico acima, os entrevistados que possuem um baixo ou nenhum nível de intolerância, tem uma propensão maior a defender que a saída para as crises do país está na participação do povo, enquanto que os que têm média e alta intolerância tendem mais a aceitar que a saída para as crises esteja em um líder autoritário que coloque as coisas no lugar. Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 183-184), explicam que

entre os apresentam nenhuma intolerância, 67,6% apontam como saída para os problemas do país a participação da população, e 32,4%, a figura de um líder forte.

Entre os que demonstram baixa intolerância, 72,3% apontam como saída para os problemas do país a participação da população, e 27,7% a figura de um líder. Já entre os que apresentam intolerância média e alta, 50% apontam como saída para os problemas do país a participação da população e 50%, a figura do líder. Esses dados apontam para uma relação entre a intolerância e a aceitação de uma solução autoritária para os problemas do país, o que coloca em xeque a estabilidade democrática do país [...].

Como se pode verificar, existe uma relação entre a intolerância e a aceitação da solução dos problemas do país com um governo ou líder autoritário.

Ao analisar os dados da pesquisa de maneira geral, Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 186) argumentam que

[...] os dados, em geral, apontam para uma menor adesão dos jovens intolerantes a opiniões e valores democráticos. Pode-se observar maior aceitação de saídas autoritárias pelos mais intolerantes, bem como menor disposição para a participação política. Esses valores reforçam a cultura política das gerações anteriores, fortemente marcada pela apatia e distanciamento da política, bem como por valores como autoritarismo e machismo.

Nesse sentido, pode-se perceber a influência do bolsonarismo na prática de socialização política dos jovens que defendem uma saída autoritária para os problemas do país. Morais, Milanezi e Lima (2023, p. 188) nos fazem um alerta sobre os perigos do aumento da intolerância entre parcela da população e dos jovens brasileiros:

A escrita deste capítulo aconteceu junto ao processo eleitoral brasileiro de 2022, que foi fortemente marcado pela intolerância política e, mais ainda, pelos crimes de ódio; e estas considerações finais, após o resultado das eleições e em meio às manifestações golpistas de uma parte da população que não aceita o resultado das urnas. Ou seja, a escrita foi realizada em pleno cenário de forte polarização política, intolerância política e ataques constantes à democracia. Diante disso, não se pode deixar de registrar que, apesar de as análises serem pesquisa feita em 2019, sabemos, agora, ainda mais da relevância de nos aprofundarmos nesse debate no país, em especial com os jovens, que estão nesse processo de constituição de uma cultura política. Apesar de serem baixas as porcentagens de intolerância atitudinal, os jovens apresentam um aumento na intolerância comportamental, aqui medida apenas pela ação de exclusão de amigos e familiares das redes sociais, bem como pelo seu afastamento em relação a essas pessoas. Queremos destacar que, após o resultado do segundo turno, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreram vários episódios de jovens, em escolas pelo país, que cometeram crimes de racismo, apologia ao nazismo e ameaças a colegas que votaram em Lula – o que afirma que a intolerância dos jovens que se identificam com a extrema direita está se materializando em crimes de ódio (Grifo nosso).

Ao analisar a evolução dos valores e atitudes frente à política e à democracia entre jovens de Porto Alegre, González e Chiodi (2023, p. 147-148) argumentam que:

A análise de dados apresentada indica motivos para a preocupação com o futuro do regime político do país. Os dados mostram uma geração nascida em plena democracia que mantém baixo nível de confiança nas instituições políticas, uma avaliação crescentemente negativa das práticas políticas e de sua efetividade, desconfiada das fontes de informação, ao mesmo tempo em que encara seu futuro com pessimismo e insegurança. [...] As crises econômica e política sofridas pelo Brasil nos últimos anos agravam esse cenário, adicionando um efeito de cultural *backlash* a uma cultura política que já demonstrava laços frágeis com a democracia. Embora não seja possível determinar uma relação de causalidade direta, a influência do clima político negativo, as posições dos atores de radicalização do discurso de adversidade e confrontação e a erosão do espaço de diálogo como processo de crispação entre as forças políticas dominantes, parecem contribuir para a alienação política crescente das novas gerações, tornando-as pouco dispostas a assumir a responsabilidade para uma renovação do processo democrático. Outro indicador nesse sentido está na grande popularidade de novas lideranças surgidas nas redes sociais (*influencer*), em particular no espaço conservador e no apoio ao bolsonarismo, com discursos antidemocráticos e apoio a medidas de exceção, como o ataque direto ao Poder Judiciário. A identidade criada com essas pessoas reforça a perspectiva de aceitação de soluções autoritárias para os problemas do país, naturalizando-se uma avaliação positiva da ditadura entre pessoas que não vivenciaram esse período (grifo nosso).

E González e Chiodi (2023, p. 149) continuam:

O apoio à ditadura não é e nunca foi tabu no Brasil. A proposição da Comissão da Verdade, no Governo Dilma, como um dos instrumentos para embasar essa análise do passado, foi criticada por diferentes setores da sociedade, boicotada pelos militares e repudiada por inúmeros meios de comunicação. O silêncio sobre o passado parecia mais confortável para inúmeros segmentos da sociedade (inclusive para a esquerda, um vez que nos Governos Lula a discussão sobre o tema foi bloqueada). O verdadeiro tabu no Brasil é reconhecer que houve um regime autoritário que torturou e assassinou adversários. Passado esse período de bonança, ao começar a tempestade, a partir da manipulação conservadora dos protestos de 2013, estava posto o ovo da serpente, com a possibilidade da emergência de uma liderança autoritária que capturasse esse apoio a um passado autoritário, visto como de paz e segurança, apresentando a democracia como o caos e a destruição dos valores tradicionais. O resultado já conhecemos: um crescimento do voto da extrema direita, o apoio a candidatos com discursos abertamente autoritários.

Nesse sentido, com base em todo exposto, não apenas nos resultados do *survey* - visto que os dados mais recentes foram coletados em 2019 – mas também em todo o material pesquisado e analisado nessa pesquisa, conclui-se que o bolsonarismo influenciou significativamente de forma negativa o processo de socialização política dos jovens, corroborando com a internalização de valores autoritários e antidemocráticos. Além disso, vale destacar, como bem finalizam González e Chiodi (2023, p. 150) “a construção de uma cultura democrática que garanta as bases sólidas e indique que a democracia no Brasil está consolidada, parece ser um trabalho inconclusivo, que deve necessitar mais uma ou duas gerações para ser completado. Não é tarde para recomeçar”.

5. CONCLUSÃO

O ano de 2013 foi de extrema importância para a história política do Brasil. Em junho daquele ano ocorreram as chamadas jornadas de junho, que marcaram as primeiras manifestações mais intensas da nova direita brasileira e que culminaria com a ascensão da extrema direita e com a eleição de Jair Bolsonaro para o cargo de presidente da república do Brasil. Este estudo se propôs a analisar a ascensão da extrema direita em nosso país, os impactos do bolsonarismo e do governo Bolsonaro na educação e as influências do bolsonarismo na socialização política dos jovens, especialmente daqueles jovens que vivem no sul do Brasil.

O problema de pesquisa do presente estudo foi a seguinte pergunta: Quais os efeitos do bolsonarismo nas políticas educacionais no Brasil e na socialização política dos jovens do Sul do país? Nesse sentido, o objetivo geral e os objetivos específicos buscam elucidar o problema de pesquisa.

O objetivo geral do presente estudo era analisar a relação entre o bolsonarismo e as políticas educacionais, além de verificar os impactos da ascensão desse movimento na socialização política dos jovens no sul do Brasil. Nesse sentido, como demonstrado no presente trabalho, o bolsonarismo precarizou a educação brasileira. Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, a educação teve profundos cortes orçamentários e virou um, “campo de batalha” ideológico para o governo. Na socialização política dos jovens, o bolsonarismo também teve uma influência negativa, pois incentivou o autoritarismo e contribuiu para a internalização de valores autoritários e antidemocráticos. O aumento dos crimes de ódio no país são evidência disso.

O presente estudo teve cinco objetivos específicos: a) Compreender e caracterizar os conceitos de nova direita, bolsonarismo e extrema direita, refletindo sobre as dinâmicas e relações entre esses movimentos; b) Identificar os fatores que levaram ao surgimento do movimento bolsonarista no Brasil e à eleição de Jair Bolsonaro para o cargo de presidente da república do país, em 2018; c) Refletir sobre os discursos e práticas de Jair Bolsonaro antes e durante o seu governo; d) Examinar as práticas do governo Bolsonaro na área da educação; e, e) Analisar e refletir sobre as influências do bolsonarismo na socialização política dos jovens no sul do Brasil.

O primeiro objetivo específico (Compreender e caracterizar os conceitos de nova direita, bolsonarismo e extrema direita, refletindo sobre as dinâmicas e relações entre esses movimentos) foi alcançado no capítulo que trata da ascensão do Bolsonarismo no Brasil. O

estudo caracterizou os movimentos da nova direita, do bolsonarismo e da extrema direita, mostrando que há uma relação profunda entre eles. Do mesmo modo, o segundo objetivo específico (Identificar os fatores que levaram ao surgimento do movimento bolsonarista no Brasil e à eleição de Jair Bolsonaro para o cargo de presidente da república do país, em 2018) também foi alcançado no capítulo que trata sobre a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. Foi demonstrado que vários fatores contribuíram para a ascensão do movimento bolsonarista no país, como enumerou Ibrahim (2021, p. 25): O anti-petismo, o elitismo histórico-cultural brasileiro, o dogma religioso, com a adesão de grande parte dos evangélicos à candidatura de Bolsonaro, o sentimento antissistema, devido a uma grande descrença na democracia representativa, e, o uso intenso das redes sociais, inclusive para a divulgação de notícias falsas (*fake news*). Da mesma forma que os dois primeiros objetivos específicos, o terceiro (Refletir sobre os discursos e práticas de Jair Bolsonaro antes e durante o seu governo) também foi alcançado no capítulo que trata sobre a ascensão do Bolsonarismo no Brasil, mais especificamente no subcapítulo que trata dos discursos e das práticas de Jair Bolsonaro. O estudo demonstrou que a vida de Jair Messias Bolsonaro está marcada por controvérsias, desde a época em que servia ao exército, quando foi acusado de planejar atentados, em que seriam colocadas bombas de baixa potência em banheiros da Vila Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, e em alguns outros quartéis militares com o objetivo de protestar contra o baixo salário que os militares recebiam na época. Durante sua trajetória política, Bolsonaro foi um ferrenho defensor da ditadura militar e da liberalização das armas, e um crítico aos direitos humanos. Ainda durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro, em visita ao estado do Acre, ao discursar, proferiu a seguinte expressão: “Vamos fuzilar a ‘petralhada do Acre’, hein?! Vamos botar esses picaretas pra correr do Acre”, em discurso marcado pelo belicismo e que mais uma vez mostrava sua dificuldade em conviver com a oposição e com quem tem opiniões diferentes das suas. O Governo Bolsonaro foi marcado pela omissão do governo federal em relação à pandemia de COVID - 19, com o presidente chamando a doença causada pelo Coronavírus de “gripezinha”, além de defender o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento da doença. O governo Bolsonaro foi marcado, também, por casos de corrupção, como o caso do pagamento de propina por parte do MEC a pastores. Outro caso notório foi o das joias recebidas por Bolsonaro durante o mandato e que por lei pertencem à União. Segundo investigação da Polícia Federal (PF), Bolsonaro teria se apropriado indevidamente de algumas joias e ainda tentado fazer entrar ilegalmente no Brasil outras delas.

O quarto objetivo específico (Examinar as práticas do governo Bolsonaro na área da educação) foi alcançado no capítulo que trata sobre a educação no Governo Bolsonaro e dos impactos do bolsonarismo na educação brasileira. O referido capítulo demonstrou que a educação brasileira retrocedeu consideravelmente durante o Governo Bolsonaro. O referido governo foi marcado por cortes orçamentários, escândalos de corrupção e troca de ministros. O descaso atingiu desde a educação básica até o ensino superior. Conforme demonstrado, desde a redemocratização, nenhum governo cortou tantos recursos da educação como o Governo de Jair Messias Bolsonaro.

O quinto objetivo específico (Analisar e refletir sobre as influências do bolsonarismo na socialização política dos jovens no sul do Brasil) foi alcançado no capítulo que trata sobre as influências do bolsonarismo na socialização política dos jovens no sul do país. O referido capítulo demonstrou que o bolsonarismo influenciou consideravelmente de forma negativa a socialização política dos jovens, em especial os que vivem no sul do Brasil, que foram os alvos principais da presente pesquisa. Os discursos autoritários e antissistema, além de suas práticas autoritárias, contribuíram para a internalização de valores antidemocráticos e autoritários em parte dos jovens da região. Isso ficou evidenciado no conjunto do presente estudo (no *survey* analisado e no restante do material pesquisado e analisado para este trabalho).

O presente estudo teve como hipóteses: a) O bolsonarismo contribuiu para a precarização da educação; b) O bolsonarismo influenciou negativamente o processo de socialização política dos jovens, corroborando com a internalização de valores autoritários e antidemocráticos.

A primeira hipótese foi confirmada. Conforme demonstrado no presente trabalho, o bolsonarismo contribuiu significativamente para a precarização da educação no Brasil. Os quatro anos do Governo de Jair Bolsonaro foram de retrocessos na área, desde a educação básica até o ensino superior. Desde a redemocratização, nenhum governo cortou mais recursos da educação do que o Governo Bolsonaro. Jair Bolsonaro fez da educação seu “campo de batalha ideológico”, buscando “expurgar” da educação nacional o legado de Paulo Freire. Além disso, durante o Governo Bolsonaro, o MEC ficou marcado pelo escândalo de corrupção envolvendo pastores, e pelo número de troca de titulares da pasta: foram cinco ministros em quatro anos, sendo que um deles nem chegou a assumir o cargo. Outra característica do Governo Bolsonaro em relação à educação foi a tentativa de liberalização da área, com a tentativa de implementar o ensino domiciliar (*homeschooling*), mais uma vez afastando o governo de seus deveres constitucionais de zelar pela educação nacional.

A segunda hipótese também foi confirmada. Conforme demonstrado no presente estudo, ficou evidenciado através do *survey* analisado e do restante do material pesquisado e escrutinado para este trabalho – vistos que os dados mais recentes coletados pelo *survey* são de 2019 -, que o bolsonarismo influenciou significativamente de forma negativa o processo de socialização política dos jovens, corroborando com a internalização de valores autoritários e antidemocráticos.

Diante de todo exposto no presente trabalho, fica evidenciado que os próximos governos terão um árduo trabalho para reconstruir os fundamentos da nossa educação e da nossa democracia. A educação é a estrada que leva ao desenvolvimento econômico e social. Nenhum país o mundo se desenvolve sem um alto grau de investimento em educação. A educação tem o poder de transformar vidas, por isso é tão importante. O caminho da transformação é longo, mas com o empenho da sociedade, o objetivo é alcançável.

6. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luís. Bolsonarismo e educação: Quando a meta é desconstruir uma política pública. *In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021. cap. 22, p. 255-269.*

AMADOR, Rodney. A herança de Bolsonaro para o presidencialismo de coalizão. **O Estadão**, 27 Jul. 2023. Disponível em: < [BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Está em andamento a construção de uma nova cultura juvenil? *In: BAQUERO, Marcello \(Org\). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil.** Porto Alegre: Escritos Editora, 2018. cap. 1, p. 15-55.*](https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/a-heranca-de-bolsonaro-para-o-presidencialismo-de-coalizao/#:~:text=%C3%89%20bem%20sabido%20que%20a,2022%3B%20ABRANCHES%2C%202021).>. Acesso em 08 Ago. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BAQUERO, Marcello. Por que uma cultura política da juventude não se institucionaliza no Brasil. *In: BAQUERO, Marcello (Org). **Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política.** Porto Alegre: Evangraf, 2023. introdução, p. 5-35.*

BAQUERO, Marcello (Org). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil.** Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

_____. Marcello (Org). **Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política.** Porto Alegre: Evangraf, 2023.

BEMVINDO, Vitor. Por que Bolsonaro odeia professores? **Brasil de Fato**, 26 Out. 2018. Disponível em: < [BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2008](https://www.brasildefato.com.br/2018/10/26/artigo-or-por-que-bolsonaro-odeia-professores/>. Acesso em: 07 Ago. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Educação crítica midiática: Avaliando escolas de Ensino Médio de Porto Alegre. *In: BAQUERO, Marcello (Org). **Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política.** Porto Alegre: Evangraf, 2023. cap. 2, p. 81-116.*

BEZERRA, Juliana. Processo de Socialização. **Toda a Matéria**, 2023. Disponível em: < [BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <](https://www.todamateria.com.br/processo-de-socializacao/#:~:text=Para%20o%20soci%C3%B3logo%20brasileiro%20Gilberto,grupo%20ou%20de%20v%C3%A1rios%20grupos.%E2%80%9D>. Acesso em: 08 Ago. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 08 Ago.2023.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. Senado Federal. Senado Notícias. **CPI: 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas, dizem especialistas,** DF, 25 Jun. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/06/cpi-400-mil-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas-dizem-especialistas>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2018:** Justiça Eleitoral conclui totalização de votos do segundo turno. Brasília, DF, 30 Out. 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>>. Acesso em: 07 Ago. 2023.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Por maioria, TSE declara Bolsonaro inelegível por oito anos.** Brasília, DF, 30 Jun. 2023. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. Senado Federal. Senado Notícias. **Presidente Dilma não cometeu qualquer crime que justifique o impeachment, afirmam juristas.** Brasília, DF, 03 Maio 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/03/presidente-dilma-nao-cometeu-qualquer-crime-que-justifique-o-impeachment-afirmam-juristas>>. Acesso em: 07. Ago. 2023.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado eleição presidencial 2022.** Brasília, DF, 31 Out. 2022. Disponível em: <<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

CAFARDO, Renata. Governo atual é o que mais cortou em recursos de educação e ciência. **Estadão**, 09 Dez. 2022. Disponível em:< <https://www.estadao.com.br/educacao/governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia/>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

CARVALHO, Talita de. O que é Extrema Direita? **Politize**, 27 Jun. 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/extrema-direita-o-que-e/>>. Acesso em: 07 Ago. 2023.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente:** Nova Direita e Bolsonarismo: seus bastidores, personagens e chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Confira a repercussão da abertura do processo de impeachment de Dilma,** 02 Dez. 2015. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2015/12/confira-repercussao-da-abertura-do-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em 07 Ago. 2023.

EXAME. **Frases polêmicas do candidato Jair Bolsonaro**, 24 Set. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/frases-polemicas-do-candidato-jair-bolsonaro/>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

FERREIRA, Afonso; GALVÃO, Walder. Terroristas bolsonaristas invadem Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF, em Brasília. **G1**, 8 Jan. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/bolsonaristas-radicaais-entram-em-confronto-com-a-policia-na-esplanada-e-sobem-rampa-do-congresso-nacional-em-brasilia.ghtml>>. Acesso em 15 Ago. 2023.

FREITAS, Eduardo de. Educação, base do desenvolvimento. **Brasil Escola**, 2023. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/educacao-base-desenvolvimento.htm>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 83 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Sociologia**: introdução ao estudo dos seus princípios. São Paulo: É Realizações, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Brasil: um gigante com pés de barro”: a negação da educação e da tecnologia. **Brasil de Fato**, 19 Out. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/19/analise-brasil-um-gigante-com-pes-de-barro-a-negacao-da-educacao-e-da-tecnologia>>. Acesso em 08 Ago.2023.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; CHIODI, Alexsander Dugno. Juventude e crispação: os efeitos da polarização política na socialização política dos jovens brasileiros. *In*: BAQUERO, Marcello (Org). **Riscos de uma democracia em crise**: Os jovens e a política. Porto Alegre: Evangraf, 2023. cap. 3, p. 119-154.

GUSMÃO, Joana Borges Buarque de. **Qualidade da educação no Brasil: Consenso e diversidade de significados**. 2010. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22062010-135357/publico/JOANA_BORGES_BUARQUE_DE_GUSMAO.pdf>. Acesso em 08 Ago.2023.

GZH. **Ex-mulher acusou Bolsonaro de furto, ocultação de patrimônio e agressividade, diz revista**, 28 Set. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/09/ex-mulher-acusou-bolsonaro-de-furto-ocultacao-de-patrimonio-e-agressividade-diz-revista-cjmm0tg7r00ka01p1qa0220al.html>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. **“Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, diz Bolsonaro sobre o Coronavírus**, 20 Mar. 2020. Disponível em:<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/nao-vai-ser-uma-gripezinha-que-vai>

me-derrubar-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus-ck80qy0by00eq01o97p02kpu4.html>. Acesso em 08 Ago. 2023.

G1. Bolsonaro pede na TV “volta à normalidade” e fim do “confinamento em massa” e diz que meios de comunicação espalharam o “pavor”, 24 Mar. 2020b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/24/bolsonaro-pede-na-tv-volta-a-normalidade-e-fim-do-confinamento-em-massa.ghtml>>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

_____. **Bolsonaro reúne embaixadores para repetir sem provas suspeitas já esclarecidas sobre urnas,** 18 jul. 2022c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/18/bolsonaro-reune-embaxadores-para-repetir-sem-provas-suspeitas-ja-esclarecidas-sobre-urnas.ghtml>>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

_____. **Denúncias de crimes envolvendo discursos de ódio nas redes sociais triplicaram nos últimos seis anos, aponta levantamento,** 1 maio 2023a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/01/denuncias-de-crimes-envolvendo-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-triplicaram-nos-ultimos-6-anos-aponta-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 07 Ago. 2023.

_____. **Deputado associa na TV namoro com negras à “promiscuidade”,** 29 Mar. 2011. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/deputado-associa-na-tv-namoro-com-negras-promiscuidade.html>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. **Governo Federal não retomou controle de frequência escolar de crianças que recebem Auxílio Brasil após volta às aulas presenciais,** 28 Mar. 2022b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/educacao/noticia/2022/03/28/governo-federal-nao-retomou-controle-de-frequencia-escolar-de-criancas-que-recebem-auxilio-brasil-apos-volta-as-aulas-presenciais.ghtml>>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

_____. **Mesmo após decisão do STF, Bolsonaristas mantêm acampamentos em quartéis de Curitiba; PM diz que “está em negociação”,** 09 Jan. 2023b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2023/01/09/mesmo-apos-decisao-do-stf-bolsonaristas-mantem-acampamentos-em-quarteis-de-curitiba-pm-diz-que-esta-em-negociacao.ghtml>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. **PF encontra na casa de Anderson Torres minuta de decreto para instaurar estado de defesa no TSE,** 12 Jan. 2023c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/12/pf-encontra-na-casa-de-anderson-torres-minuta-de-decreto-para-instaurar-estado-de-defesa-no-tse-medida-e-inconstitucional.ghtml>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. **“Pintou um clima”:** fala de Bolsonaro sobre meninas venezuelanas repercute e gera crítica nas redes, 15 Out. 2022a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/15/pintou-um-clima-fala-de-bolsonaro-sobre-meninas-venezuelanas-repercute-e-gera-criticas-nas-redes.ghtml>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. **“Rachadinhas”:** entenda suspeitas do MP sobre Flávio Bolsonaro, 09 Nov. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/09/rachadinhas-entenda-suspeitas-do-mp-sobre-flavio-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

_____. **Secretário Geral da Cultura, Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao ministro de propaganda de Hitler**, 17 jan. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-almiv-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>. Acesso em 07 Ago. 2023.

HUBERT, René. **Educação e formação**. Lexicoteca, Vol. 7, 1996.

IBRAHIM, Cesar Antonio Calojon. **A ascensão do Bolsonarismo no Brasil do século XXI**. 2 Ed. Curitiba: Kottter Editorial, 2021.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: Expressões neofascistas no capitalismo dependente. *In*: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no Governo Bolsonaro: Inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. cap. 1. p. 9-42.

LEVANDOSKI, Allegra. O que é Bolsonarismo? Movimento Social ou não? **Politize**, 27 Jun. 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/o-que-e-o-bolsonarismo/>>. Acesso em: 05. Ago. 2023.

MAZUI, Guilherme; CALGARO, Fernanda. De capitão a presidente: Conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **G1**, 28 Out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/de-capitao-a-presidente-conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

MENDES, Guilherme. STF arquiva investigações contra Flávio Bolsonaro em caso de rachadinha. **Congresso em Foco**, 30 Nov. 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/corruptao/stf-arquiva-denuncia-contra-flavio-bolsonaro-foro-privilegiado-em-caso-rachadinhas/>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

METRÓPOLES. **Receita Federal investigou Bolsonaro por ocultação de patrimônio**, 29 Set. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/receita-federal-investigou-bolsonaro-por-ocultacao-de-patrimonio>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

MOLITERNO, Danilo. Entenda o caso de joias que o governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o Brasil. **CNN BRASIL**, 4 Mar. 2023. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-caso-de-joias-que-o-governo-bolsonaro-tentou-trazer-ilegalmente-ao-brasil/>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; MILANEZI, Felipe; LIMA, Carolina. Cultura política e democracia: os níveis de intolerância política dos jovens. *In*: BAQUERO, Marcello (Org.). **Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política**. Porto Alegre: Evangraf, 2023. cap. 4, p. 157-193.

NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE A AMÉRICA LATINA (NUPESAL). **Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil [banco de dados]**. Porto Alegre; Florianópolis; Curitiba: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina/UFRGS, 2015.

_____. **Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil [banco de dados]**. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina/UFRGS, 2019.

O Dia. **Discurso de Jair Bolsonaro legitima violência nas ruas, dizem especialistas**, 11 Out. 2018. Disponível em: < <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2018/10/5582852-discurso-de-jair-bolsonaro-legitima-violencia-nas-ruas-dizem-especialistas.html>>. Acesso em: 07 Out. 2023.

O ESTADO DE MINAS. **Bolsonaro defende guerra civil no Brasil e sonegação de impostos em vídeo de 1999**, 29 Ago. 2018. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/29/interna_politica,984474/bolsonaro-defende-guerra-civil-no-brasil-e-sonegacao-de-impostos-em-vi.shtml>. Acesso em 08 Ago. 2023

_____. **Em 15 frases, relembre desprezo de Bolsonaro pela pandemia da Covid-19**, 03 Mar. 2023. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/05/03/interna_politica,1489025/em-15-frases-relembre-desprezo-de-bolsonaro-pela-pandemia-da-covid-19.shtml>. Acesso em 08 Ago. 2023.

O POPULAR. **Entenda a quem pertencem presentes ofertados a presidentes brasileiros**, 17 Mar. 2023. Disponível em < <https://opopular.com.br/comprova/entenda-a-quem-pertencem-presentes-ofertados-a-presidentes-brasileiros-1.3009642>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

PINELLI, Laís Vieira. Expressões da Nova Direita na Política Educacional Brasileira. In: **X Jornada internacional de Políticas Públicas: Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia: Consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie**. Ambiente Virtual, 2021. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_438_438610477f63013d.pdf>. Acesso em 07 Ago. 2023.

PIVA, Juliana Dal. **O negócio do Jair: A história proibida do clã Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PODER360. **Gestão Bolsonaro na educação é a pior da história, diz Priscila Cruz**, 11 Maio 2023. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/educacao/gestao-bolsonaro-na-educacao-e-a-pior-da-historia-diz-priscila-cruz/>>. Acesso em: 08 Ago 2023.

_____. **No Acre, Bolsonaro fala em “fuzilar a petralhada” e enviá-los à Venezuela**, 3 Set. 2018. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/eleicoes/no-acre-bolsonaro-fala-em-fuzilar-a-petralhada-e-envia-los-a-venezuela/>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

POMBO, Bárbara. Por que Bolsonaro foi preso e por que saiu do Exército. **Valor Econômico**, 02 Set. 2022. Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/09/02/por-que-bolsonaro-foi-presos-e-por-que-ele-saiu-do-exercito.ghtml>>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

REVISTA FÓRUM. Bolsonaro: “**Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei um afraquejada e veio uma mulher**”, 5 Abr. 2017. Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/politica/2017/4/5/bolsonaro-eu-tenho-filhos-foram-homens-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-veio-uma-mulher-19902.html>>. Acesso em 08 Ago. 2023.

ROCHA, Camila. A Nova Direita Brasileira surge na onda anti-PT e quer se descolar da velha direita desenvolvimentista. Entrevista especial com Camila Rocha. [Entrevista concedida a] Patrícia Fachin. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 15 set. 2016. Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/560085-entrevista-especial-com-camila-rocha>>. Acesso em 07. Ago. 2023.

SCHREIBER, Mariana. CPI da Covid detalha falhas na pandemia e se torna mais um obstáculo para a reeleição de Bolsonaro, dizem especialistas. **BBC News Brasil**, 24 Maio 2021. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57209321>>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quatro anos de descaso com a Educação**, 25 Out. 2022. Disponível em:< <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-jair-bolsonaro-descaso-com-a-educacao-basica/>>. Acesso em 08. Ago. 2023.

VALENTE, Rubens. Bolsonaro era agressivo e tinha “excessiva ambição”, diz ficha militar. **Folha de S. Paulo**, 16 Maio de 2017. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884332-bolsonaro-era-agressivo-e-tinha-excessiva-ambicao-diz-ficha-militar.shtml>>. Acesso em: 8 de Ago. 2023.

VASCONCELLOS, Hygino. É falso que Bolsonaro foi preso por ato terrorista e expulso do Exército. **UOL**, 22 Set. 2022. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/09/22/e-falso-que-bolsonaro-foi-expulso-do-exercito-e-presos-por-atos-terroristas.htm>>. Acesso em: 08 Ago. 2023.

VEJA. **O artigo em Veja e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980**, 15 Maio 2017. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980>>. Acesso em 08 de Ago. 2023.

VERDÉLIO, Andréia. Impeachment pode levar à permanência de Cunha na Câmara, dizem analistas. **Rede Brasil Atual**, 18 Abr. 2016. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/impeachment-pode-levar-a-permanencia-de-cunha-na-camara-dizem-analistas-2328/>>. Acesso em: 07 Ago. 2023.

ZORZI, Felipe Bortoncello. Alienação na socialização política: Como as instituições escolares reproduzem a desigualdade de poder no Brasil. *In*: BAQUERO, Marcello (Org). **Riscos de uma democracia em crise: Os jovens e a política**. Porto Alegre: Evangraf, 2023. cap. 1, p. 37-78.